



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

Santa Casa da Misericórdia de Lagos



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Índice

1. Introdução	3
2. Missão, Visão e Valores.....	4
3. Caracterização da Instituição	5
4. Relatório de Atividades	6
4.1. Caracterização dos Equipamentos/Respostas Sociais	6
4.2. Satisfação das Necessidades e Expectativas da Comunidade	10
4.3. Valor Acrescentado para a Comunidade.....	12
4.4. Autodeterminação dos Utentes	14
4.5. Facilitação do Acesso a Estruturas de Apoio.....	17
4.6. Prevenção de Abuso Físico, Mental e Financeiro dos Utentes	17
4.7. Confidencialidade	18
4.8. Parcerias/Valor Acrescentado para as Entidades Financiadoras	20
4.9. Participação dos Utentes e/ou seus Representantes.....	23
4.10. <i>Empowerment</i> dos Utentes	23
4.11. Planos Individuais	25
4.12. Continuidade dos Serviços Prestados	26
4.13. Satisfação das Partes Interessadas.....	26
4.14. Gestão de Recursos Humanos e Formação	29
5. Análise Económico-Financeira das Respostas Sociais	33
6. Análise da Demonstração de Resultados e Análise da Execução Orçamental	37
7. Riscos	40
8. Perspetivas.....	41
9. Proposta de Aplicação de Resultados e Conclusão	41
10. Contas	42



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

1. Introdução

Para cumprimento do estabelecido no Compromisso e na legislação em vigor, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lagos vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020.

O presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício, procura descrever, as principais atividades desenvolvidas no ano de 2020, bem como, a realidade económica e financeira da Instituição. Para o efeito, procedeu-se a um rigoroso levantamento das dinâmicas da Instituição, alvo de análise pelo Revisor Oficial de Contas, cujos pareceres se anexam ao presente Relatório.

Na elaboração do Relatório, foram considerados os princípios contabilísticos no âmbito da especialização de exercícios, no que respeita aos rendimentos provenientes dos serviços prestados, subsídios, doações e legados à exploração, e outros rendimentos, e aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal, e outros gastos e perdas.



2. Missão, Visão e Valores

Missão

A Santa Casa Misericórdia de Lagos, como instituição de matriz católica e valores cristãos com mais de 500 anos, assume como Missão a prática e difusão das catorze obras de Misericórdia, promovendo a saúde e o bem-estar da população e lutando pela dignificação de toda a pessoa humana, com especial atenção para os mais pobres e carenciados, apoiando as famílias e protegendo as crianças e os idosos.

Visão

A Santa Casa Misericórdia de Lagos, alicerçada em critérios de solidariedade e sustentabilidade, pretende ser uma instituição solidária inovadora e de referência a nível regional, através da implementação de boas práticas, da excelência dos serviços prestados e desenvolvimento de um modelo de melhoria contínua, reconhecendo que a implementação de práticas de solidariedade com qualidade exige uma equipa de trabalhadores motivados, competentes, com experiência, determinados, inovadores e profissional e humanamente solidários.

Valores

A Santa Casa Misericórdia de Lagos, assumindo-se como uma porta aberta, uma casa ou espaço comum onde todos e cada um podem “dar e receber” consoante as suas possibilidades ou necessidades, orienta a sua ação pelos seguintes valores: solidariedade e responsabilidade social; dignidade da pessoa humana; humanização; profissionalismo e rigor; multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; e legalidade e transparência.



3. Caracterização da Instituição

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos (SCML) é uma Irmandade da Misericórdia, Instituição sem fins lucrativos, com regime legal de Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com estatutos aprovados em 27 de maio de 2019, pela autoridade eclesiástica competente, e registados na Direção Geral da Segurança Social pelo averbamento n.º 6, à inscrição n.º 19/82, a fls. 33 e 33 verso do livro n.º 1 e a fls. 189 e 189 verso do livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, a 11 de outubro de 2019, com sede na Rua Rainha D. Leonor, n.º 2, 8600-776 Lagos.

Tem como atividades principais o apoio social às pessoas idosas, com ou sem alojamento, através das Respostas Sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Apoio Domiciliário Integrado, o apoio a indivíduos e/ou agregados familiares em situação de vulnerabilidade, através das Respostas Sociais de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Cantina Social, e o apoio à infância, através das Respostas Sociais de Creche e Educação Pré-Escolar.

Como atividade secundária, a Misericórdia, explora um Centro de Medicina Física e de Reabilitação, que presta serviços para o Serviço Nacional de Saúde e outros Subsistemas.

No momento em que se apresenta o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020, os Órgãos Sociais da Santa Casa Misericórdia de Lagos, de acordo com o Compromisso da Irmandade, são a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa, e o Conselho Fiscal. O mandato dos Órgãos Sociais, em funções, iniciou-se em 01 de janeiro de 2021, após a homologação dos resultados eleitorais, pelo Senhor Bispo do Algarve.



4. Relatório de Atividades

4.1. Caracterização dos Equipamentos/Respostas Sociais

Lar José Filipe Fialho

Inaugurado a 27 de outubro de 1983, o Lar José Filipe Fialho situa-se no Concelho de Lagos, Freguesia de São Gonçalo. A sua construção só foi possível graças ao benemérito que dá o nome ao Equipamento – José Filipe Fialho. Com intervenção no apoio ao idoso, através das Respostas Sociais de ERPI e Centro de Dia, este Equipamento Social encontra-se dotado de 48 quartos, 25 dos quais, individuais, 4 duplos e 19 triplos.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar José Filipe Fialho			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	90	90	88	85	56
Centro de Dia	30	24	17	82	3

Residências Maria Francisca Fialho

Inauguradas a 26 de junho de 1987, as Residências Maria Francisca Fialho situam-se no Concelho de Lagos, Freguesia de São Gonçalo, no espaço contíguo ao Lar José Filipe Fialho. Com intervenção no apoio ao idoso, através da Resposta Social de ERPI, este Equipamento Social encontra-se dotado de 38 residências, das quais 30 possuem quartos duplos, 1 possui um quarto triplo e as restantes 7 possuem quartos individuais.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Residências Maria Francisca Fialho			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	70	60	68	87	15



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Lar Rainha D. Leonor

Inaugurado a 27 de outubro de 2003, o Lar Rainha D. Leonor situa-se no Concelho de Lagos, Freguesia de São Gonçalo. Com intervenção no apoio ao idoso, este Equipamento Social tem capacidade para 60 utentes em ERPI e 30 utentes em Centro de Dia.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar Rainha D. Leonor			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	60	35	58	87	43
Centro de Dia	30	24	18	79	1

Lar de Bensafrim

Inaugurado a 4 de julho de 1992, o Lar de Bensafrim situa-se no Concelho de Lagos, Vila de Bensafrim, mais precisamente no Sítio das Eiras. Com intervenção no apoio ao idoso, através das respostas sociais de ERPI e Centro de Dia, este Equipamento Social encontra-se dotado de 9 quartos, 7 dos quais, duplos, e 2 triplos.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar de Bensafrim			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	20	20	19	85	7
Centro de Dia	30	15	12	81	1

**Lar de Espiche**

Inaugurado a 2 de julho de 1994, o Lar de Espiche situa-se no Concelho de Lagos, Freguesia da Luz. Com intervenção no apoio ao idoso, este Equipamento Social tem capacidade para 28 utentes em ERPI e 30 utentes em Centro de Dia.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar de Espiche			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	28	26	26	85	12
Centro de Dia	30	16	10	83	3

Lar Joaquim Eugénio Calado

Inaugurado a 4 de julho de 1992, o Lar Joaquim Eugénio Calado situa-se no Concelho de Lagos, Freguesia de Odiáxere. Com intervenção no apoio ao idoso, este Equipamento Social tem capacidade para 31 utentes em ERPI e 30 utentes em Centro de Dia.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar Joaquim Eugénio Calado			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	31	31	31	85	12
Centro de Dia	30	15	19	83	3



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Lar São João Batista

Inaugurado a 24 de junho de 2012, o Lar São João Batista situa-se no Concelho de Lagos, Aldeia de Barão de São João. Com intervenção no apoio ao idoso, este Equipamento Social tem capacidade para 39 utentes em ERPI e 12 utentes em Centro de Dia.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar São João Batista			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utes	Média de Idades	Nº Utes Dependentes
ERPI	39	31	38	82	15
Centro de Dia	12	0	8	80	4

Serviço de Apoio Domiciliário

Com capacidade 80 utentes e cobertura das áreas geográficas da Cidade de Lagos e da Vila de Odiáxere, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) da SCML presta serviços a pessoas com mais de 65 anos que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica, e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

A capacidade do Serviço e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Serviço:		Serviço de Apoio Domiciliário			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utes	Média de Idades	Nº Utes Dependentes
SAD Lagos	50	50	45	82	15
SAD Odiáxere	20	8	14	78	4
SAD Integrado Lagos	10	10	1	85	1



Centro Infantil de Odiáxere

Em funcionamento desde o dia 2 de julho de 1988, o Centro Infantil de Odiáxere situa-se no Concelho de Lagos, à entrada da Vila de Odiáxere (lado esquerdo da Estrada Nacional 125, sentido Portimão – Lagos). Com intervenção no apoio à infância, através das respostas sociais de Creche e Educação Pré-Escolar, este Equipamento Social tem capacidade para 162 crianças.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Centro Infantil de Odiáxere	
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes
Creche	87	69	77
Pré-Escolar	75	45	71

4.2. Satisfação das Necessidades e Expectativas da Comunidade

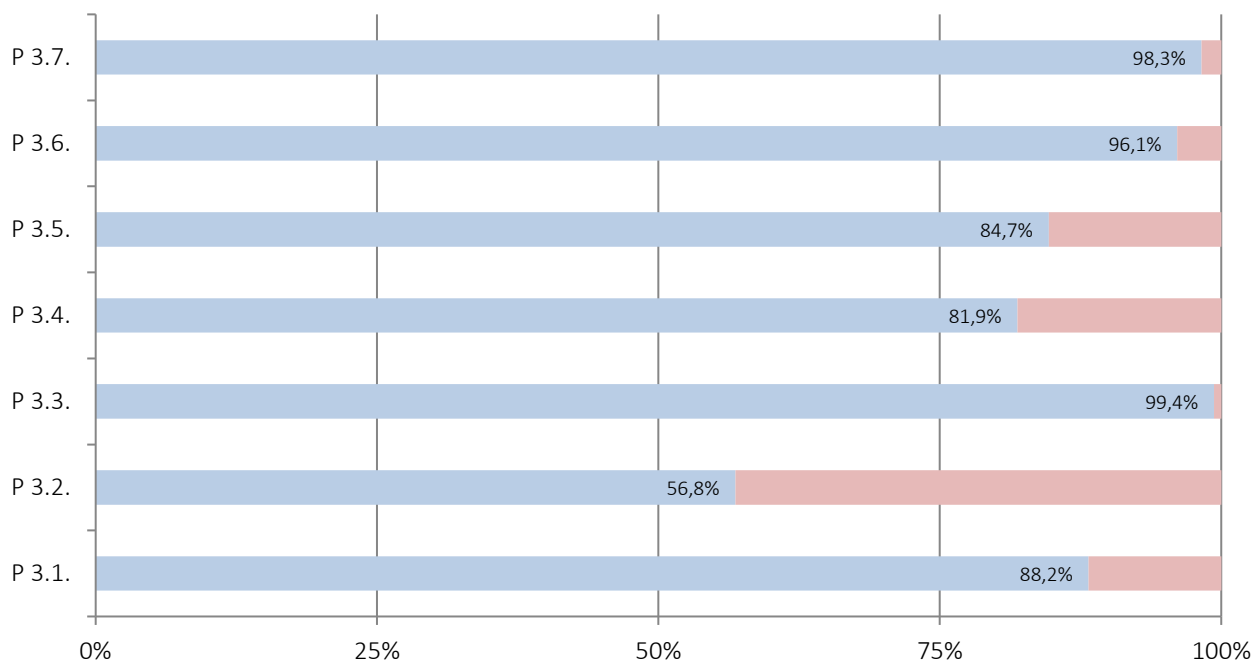
A Avaliação da Perceção da Comunidade tem por objetivo, aproximar a nossa ação das necessidades e expectativas dos munícipes do Concelho de Lagos, potenciando a qualidade do trabalho produzido, e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados.

Com a Avaliação da Perceção da Comunidade realizada, referente ao ano de 2018 – última avaliação realizada (*ver Relatório de Perceção da Comunidade 2018*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir a perceção dos munícipes do Concelho de Lagos, em relação aos serviços que presta, de forma a identificar em que áreas/parâmetros de atuação pode obter incrementos de qualidade. Deste modo, foi possível aferir até que ponto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos está a corresponder às necessidades e expectativas da comunidade.

Em 2018 (ano da última avaliação realizada), obtivemos um conjunto de 331 avaliações, muito positivas, com 96,1% dos inquiridos a considerarem que a Misericórdia presta um bom serviço à Comunidade (pergunta 3.6. do questionário). Resultados que a Instituição pretende manter ou melhorar na próxima Avaliação da Perceção da Comunidade a realizar em 2021, apesar da difícil batalha que trava contra a COVID-19, desde março de 2020.



Resultados da Avaliação da Perceção da Comunidade



	P 3.1.	P 3.2.	P 3.3.	P 3.4.	P 3.5.	P 3.6.	P 3.7.
Sim	88,2%	56,8%	99,4%	81,9%	84,7%	96,1%	98,3%
Não	11,8%	43,2%	0,6%	18,1%	15,3%	3,9%	1,7%

P 3.1. Conhece os serviços prestados pela Misericórdia?

P 3.2. Considera que existe divulgação e informação suficiente sobre os serviços prestados?

P 3.3. Considera que o trabalho desenvolvido pela Misericórdia é importante?

P 3.4. Considera que os serviços prestados vão ao encontro das necessidades da Comunidade?

P 3.5. Considera que a Misericórdia é respeitada e reconhecida na Comunidade?

P 3.6. Considera que a Misericórdia presta um bom serviço à Comunidade?

P 3.7. Recomendaria os serviços prestados pela Misericórdia?

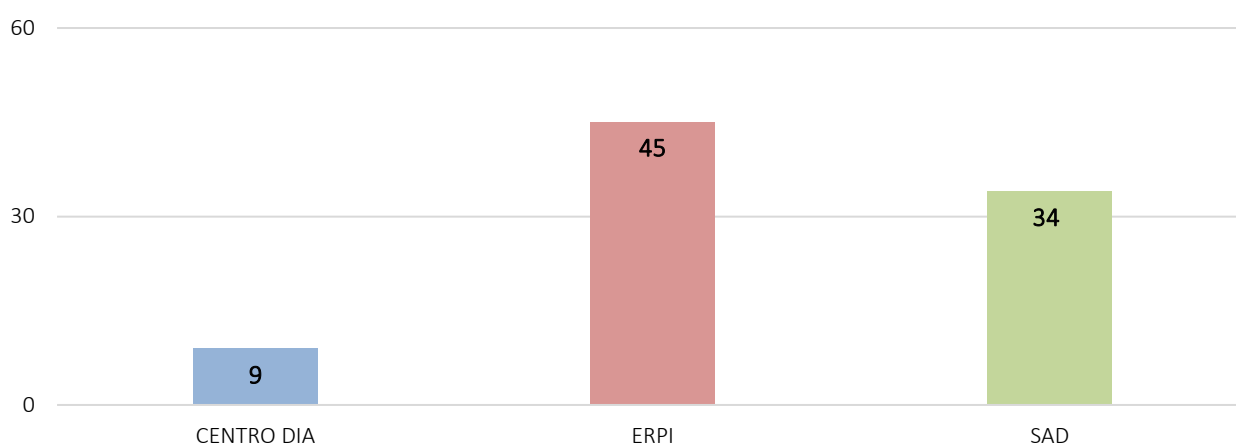


4.3. Valor Acrescentado para a Comunidade

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, no âmbito da sua atividade social à população idosa, presta os seus serviços numa perspetiva solidária, com uma atuação concertada e integrada na comunidade.

No decorrer do ano de 2020, foram admitidas 88 pessoas idosas, que necessitam de prestação de serviços em diferentes Respostas Sociais:

Número de Utentes Admitidos por Resposta Social



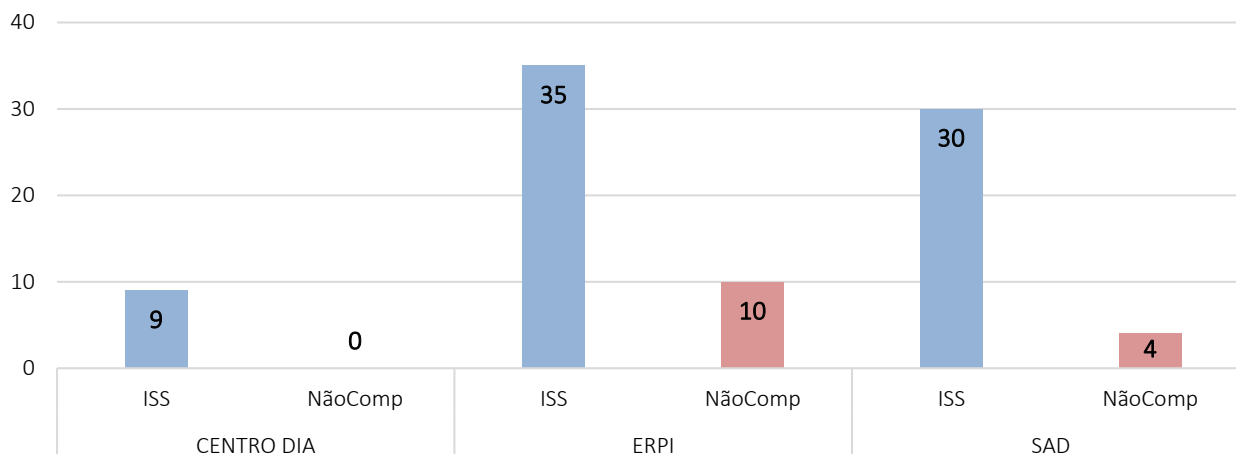
A lista de espera da Resposta Social de Centro de Dia apresenta um número reduzido de inscrições, e a suspensão da atividade impossibilitou a admissão de novos utentes. Foram admitidos somente 9 utentes, abrangidos por acordo de cooperação com a Segurança Social (no gráfico abaixo rotulados “ISS”) e não foram admitidos utentes abrangidos por qualquer acordo de cooperação (no gráfico abaixo rotulados “NãoComp”).

Tendo por base a extensa lista de espera para as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, e embora tentando responder da melhor forma às solicitações da comunidade, só foi possível admitir 45 pessoas idosas. A admissão para utentes foi realizada através da celebração de 35 contratos abrangidos por acordo de cooperação com a Segurança Social (no gráfico abaixo rotulados “ISS”) e 10 contratos não abrangidos por qualquer acordo de cooperação (no gráfico abaixo rotulados “NãoComp”).

O Serviço de Apoio Domiciliário procura responder às solicitações das famílias e idosos, no sentido de manter o idoso o maior tempo possível no seu ambiente familiar de referência, onde possa viver com o maior conforto possível. No ano de 2020, o Serviço de Apoio Domiciliário deu resposta a 34 solicitações. Foram admitidos 30 utentes no âmbito do acordo de cooperação com a Segurança Social (no gráfico abaixo rotulados “ISS”) e 4 utentes não abrangidos por qualquer acordo de cooperação (no gráfico abaixo rotulados “NãoComp”).



Utentes Admitidos por Tipo de Acordo



A Santa Casa da Misericórdia de Lagos desenvolve a sua atividade social de apoio à infância, através da atuação do Centro Infantil de Odiáxere. Na resposta às principais necessidades da comunidade, este Equipamento Social consegue integrar a maioria dos candidatos inscritos, preenchendo as vagas existentes. Da lista de candidatos inscritos, foram feitas 35 novas admissões para o ano letivo 2020/2021. No ano de 2020, notou-se uma crescente procura dos nossos serviços por candidatos de outras freguesias do Concelho de Lagos.

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos desenvolve ainda a sua atividade social a toda a comunidade do Concelho de Lagos, através:

- da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, com 14.600 refeições confeccionadas fornecidas, em 2020;
- do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lagos, onde foram atribuídos apoios financeiros, e 2.681 cabazes alimentares às famílias mais carenciadas do Concelho.

A atividade de saúde da Santa Casa da Misericórdia de Lagos é desenvolvida unicamente no Centro de Medicina Física e de Reabilitação. No ano de 2020 foram realizadas 1.747 consultas e foram realizados tratamentos de fisioterapia e reabilitação a 1.556 doentes.



4.4. Autodeterminação dos Utentes

Área do Idoso

A Instituição defende e promove o desenvolvimento dos direitos fundamentais dos seus utentes e zela pelo cumprimento dos mesmos. No que respeita, ao direito à autodeterminação, são promovidos espaços para a ação, na medida em que são geradas oportunidades para os idosos participarem ativamente em todos os domínios da sua vida (social, cultural, político e económico) e assumirem papéis na comunidade onde se encontram inseridos, com o propósito de melhorar a sua qualidade de vida.

Deste modo, a Instituição demonstra o seu apoio à autodeterminação dos utentes, através da:

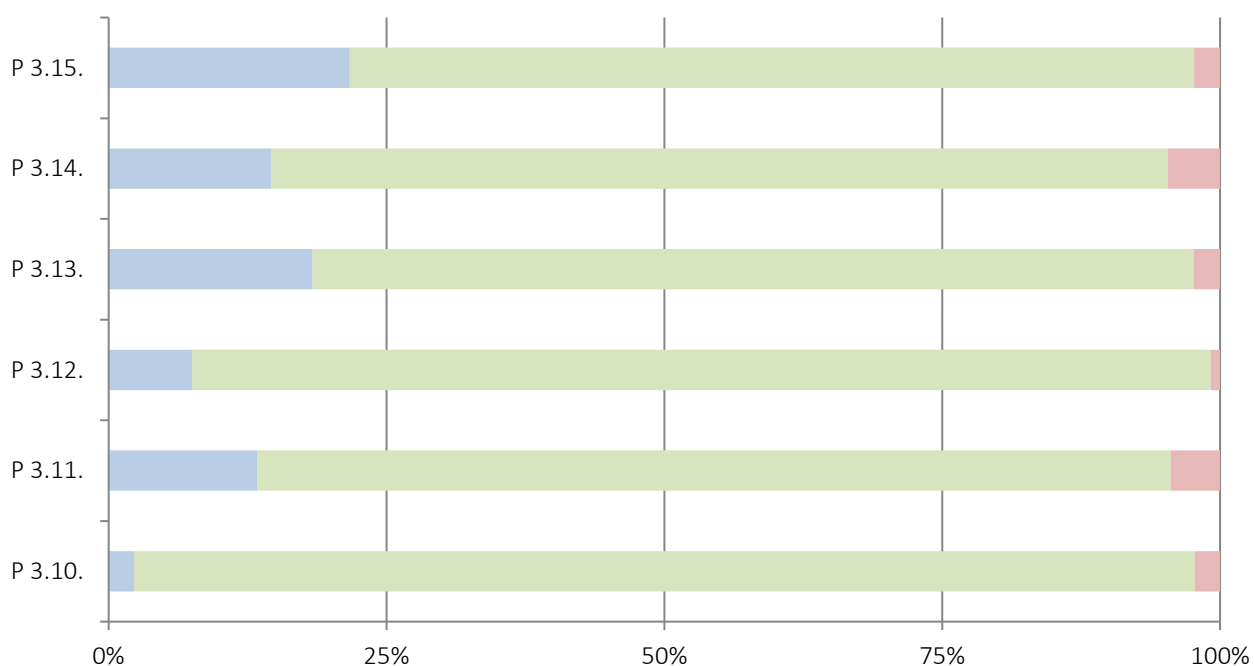
- promoção de oportunidades para que o utente atue como principal agente da sua própria vida, tais como, o seu envolvimento na elaboração do Plano Individual de Cuidados e Plano Individual, dando voz às suas escolhas, decisões, preferências e metas pessoais;
- promoção de oportunidades de participação ativa nas dinâmicas do equipamento/serviço que diretamente lhe digam respeito, através das reuniões de utentes, do processo de reclamações e sugestões de melhoria, e pelo levantamento das necessidades/interesses e participação por atividade, nos quais têm a liberdade de expressar as suas preferências, opiniões, ideias;
- promoção de oportunidades de participação na comunidade/sociedade através de atividades de carácter cívico (“Campanha da Bandeira Azul – Projeto de Sensibilização/Educação Ambiental Lagos na Onda do Verão – Tema: De Volta ao Mar com Atitude de Mudar”), social (Projeto Avós e Netos, Palestras, “Exposição – As Maias”, Projeto CantaroLar, “Desfiles de Carnaval” nas Freguesias da Luz e Odiáxere, “Comemorações do 25 de Abril” – *online*, “Comemoração do Dia Mundial dos Avós” – *online*, implementação de um projeto de realização de videochamadas entre utentes e respetivos familiares/amigos – “Do Longe Fazemos Perto”), cultural (passeios, Projeto “Vá para Fora Cá Dentro” – realizado *online* nas áreas da música, teatro e poesia, e com visitas virtuais a cidades, museus e grutas), espiritual (deslocação dos utentes aos locais de culto) e pessoal (Projeto ArticulaR – Atividade Física, facilitação do acesso a bens e serviços – idas ao cabeleireiro, supermercados, conservatória do registo civil);
- dinamização de atividades/reuniões formativas junto dos trabalhadores, com o propósito de disseminar o princípio da autodeterminação para que orientem as suas práticas e serviços, no sentido, da estimulação da independência pessoal e social nas escolhas quotidianas do utente (por exemplo: escolher o que vestir, o que comer, as atividades em que quer participar).

Importa referir que o princípio do respeito e liberdade de escolha é desde logo evidenciado aquando do processo de candidatura/admissão, uma vez que o idoso que se encontre nas suas plenas faculdades mentais, só integra a Resposta Social por sua livre vontade.



O respeito pela autodeterminação, decisões, opções, direitos e deveres dos utentes é corroborado pelas respostas dos nossos utentes aos questionários de satisfação, referentes ao ano de 2019 – última avaliação realizada (ver *Relatório de Satisfação dos Utes de ERPI e CD 2019* e *Relatório de Satisfação dos Utes de Apoio Domiciliário 2019*).

Resultados da Avaliação da Autodeterminação dos Utes – ERPI e Centro de Dia



	P 3.10.	P 3.11.	P 3.12.	P 3.13.	P 3.14.	P 3.15.
Muito Satisfeito	2,3%	13,4%	7,5%	18,3%	14,6%	21,7%
Satisfeito	95,5%	82,1%	91,7%	79,3%	80,7%	76,0%
Nada Satisfeito	2,3%	4,5%	0,8%	2,4%	4,7%	2,3%

P 3.10. Informação e participação na elaboração do seu Plano Individual

P 3.11. Participação no planeamento da vida quotidiana da Instituição

P 3.12. Informação sobre o Regulamento Interno, Direitos e Deveres

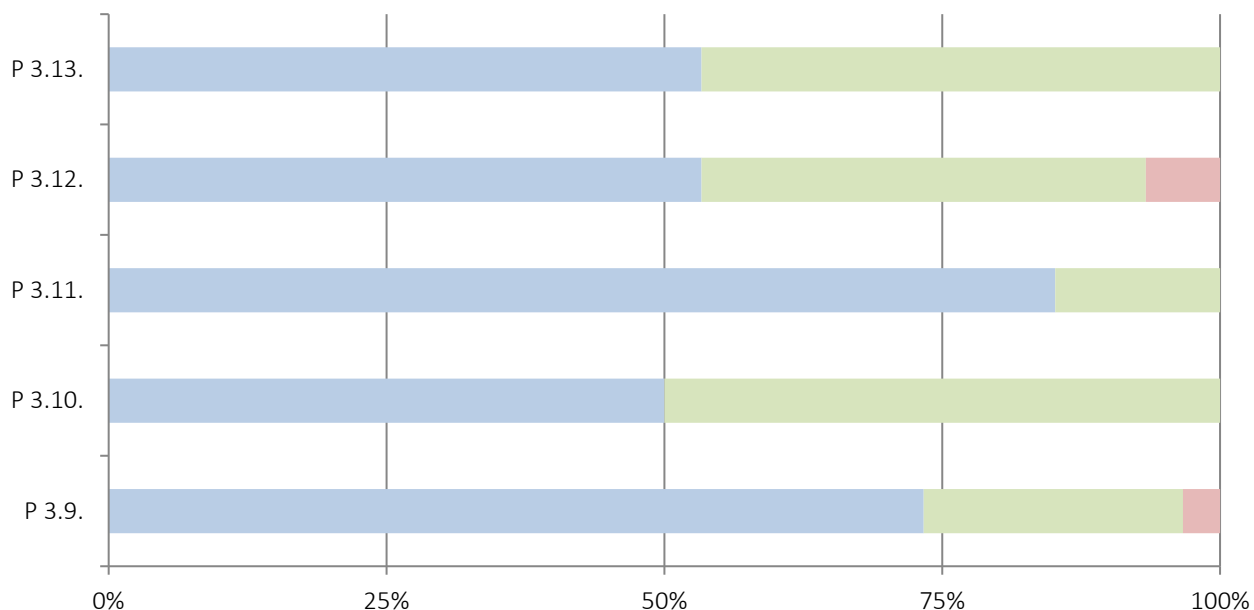
P 3.13. Respeito e cumprimento dos seus direitos por parte de todos os trabalhadores

P 3.14. Respeito da Misericórdia pelas suas decisões e opções

P 3.15. Receção e tratamento das suas sugestões / reclamações



Resultados da Avaliação da Autodeterminação dos Utentes – Apoio Domiciliário



	P 3.9.	P 3.10.	P 3.11.	P 3.12.	P 3.13.
Muito Satisfeito	73,3%	50,0%	85,2%	53,3%	53,3%
Satisfeito	23,3%	50,0%	14,8%	40,0%	46,7%
Nada Satisfeito	3,3%	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%

P 3.9. Participação no planeamento dos seus serviços

P 3.10. Informação sobre o Regulamento Interno, Direitos e Deveres

P 3.11. Respeito e cumprimento dos seus direitos por parte de todos os trabalhadores

P 3.12. Respeito da Misericórdia pelas suas decisões e opções

P 3.13. Receção e tratamento das suas sugestões / reclamações

A Instituição pretende manter ou melhorar os resultados apresentados na próxima Avaliação da Autodeterminação dos Utentes a realizar em 2021, apesar da difícil batalha que trava contra a COVID-19, desde março de 2020.



4.5. Facilitação do Acesso a Estruturas de Apoio

Área do Idoso

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos facilita aos seus utentes a escolha e o acesso a pessoas que os representem e/ou estruturas/processos de apoio/suporte. Durante o ano de 2020, foram desenvolvidas diversas atividades neste âmbito, apesar dos inúmeros constrangimentos causados pela COVID-19 após o primeiro trimestre do ano, entre elas: o reforço das parcerias com entidades externas e envolvimento da comunidade; atendimentos a utentes ou familiares, encaminhamentos ou visitas domiciliárias; acompanhamentos de utentes a consultas clínicas, exames, análises ou juntas médicas; apoios prestados com o preenchimento de declarações de IRS; apoios prestados na gestão financeira de pensões; apoios prestados na aquisição de bens e serviços ou acompanhamento de utentes a serviços do exterior – realização de compras, renovação do cartão de cidadão, saídas em lazer. Em diversos atendimentos efetuados, foram prestadas informações sobre regalias sociais – Complemento por Dependência, Descanso do Cuidador.

4.6. Prevenção de Abuso Físico, Mental e Financeiro dos Utes

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, na sua dinâmica organizacional, realiza um importante esforço para melhorar a qualidade de vida dos seus utentes (crianças e idosos), nomeadamente pela promoção dos seus direitos e dignidade. A Instituição adota atualmente, disposições, regras e orientações que têm como finalidade, prevenir e controlar eventuais situações de negligência, abusos, maus tratos e discriminação, praticadas por trabalhadores, familiares ou cuidadores. Como instrumentos de prevenção e combate a estas situações, a Instituição apresenta o *Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores*, a *Carta de Direitos e Deveres dos Utes* – Área do Idoso e Área da Infância e o *Manual de Prevenção de Maus Tratos*. Os supracitados documentos, encontram-se disseminados por todos os trabalhadores da Instituição, e os seus conteúdos são regularmente discutidos em reuniões de técnicos, reuniões setoriais de serviço, passagens de turno, formações, reuniões de utentes e reuniões de familiares.

Neste âmbito, podemos ainda destacar a solicitação de registo criminal a trabalhadores e voluntários, e o minucioso processo de acolhimento aos novos trabalhadores, com a disponibilização de um conjunto alargado de informações e documentação de suporte ao trabalho na Instituição.



4.7. Confidencialidade

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos define, documenta, monitoriza e avalia regularmente, os procedimentos para assegurar a confidencialidade da informação dos seus utentes e dos serviços que lhes são prestados. Os trabalhadores da Instituição, conhecedores do *Código de ética e de Conduta dos Trabalhadores* e da *Carta de Direitos e Deveres dos Utentes – Área do Idoso e Área da Infância*, estão sensibilizados para o necessário cumprimento rigoroso de todas as disposições legais sobre proteção de dados pessoais, no que se refere ao acesso, gestão, processamento e eventual transmissão de informação sobre os mesmos.

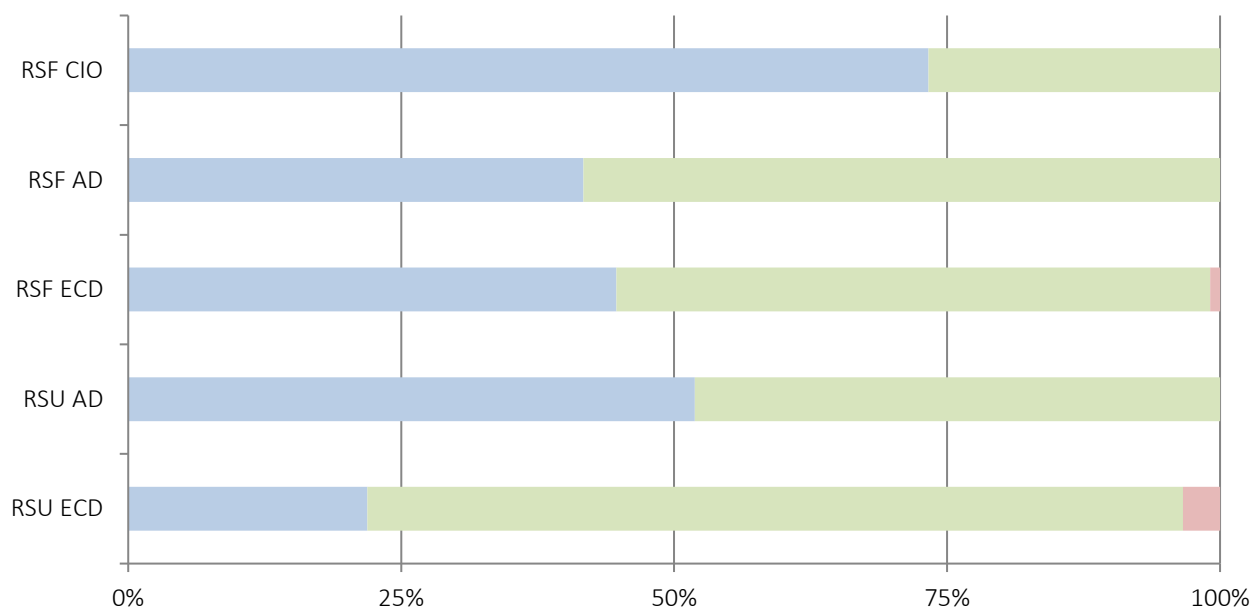
Os supracitados documentos, encontram-se disseminados por todos os trabalhadores da Instituição, e os seus conteúdos são regularmente discutidos em reuniões de técnicos, reuniões setoriais de serviço, passagens de turno, formações, reuniões de utentes e reuniões de familiares.

Neste âmbito, podemos ainda destacar as seguintes práticas instituídas: o minucioso processo de acolhimento aos novos trabalhadores, com a disponibilização de um conjunto alargado de informações e documentação de suporte ao trabalho na Instituição; a não divulgação de dados pessoais de utentes, representantes dos mesmos e trabalhadores, sem o seu consentimento formal; dados pessoais, processos sociais e clínicos de utentes guardados em local reservado e de acesso limitado; e o vínculo obrigatório dos trabalhadores ao cumprimento do sigilo profissional (reforçado pela incorporação de cláusulas relacionadas com o sigilo profissional e a informação e acesso a dados pessoais, nos contratos de trabalho).

O respeito pela confidencialidade é corroborado pelas respostas dos nossos utentes e seus familiares aos questionários de satisfação, referentes ao ano de 2019 – última avaliação realizada (*ver Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2019, Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2019, Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2019, Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2019 e Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2018-2019*). Resultados que a Instituição pretende manter ou melhorar na próxima Avaliação do Respeito pela Confidencialidade a realizar em 2021, apesar da difícil batalha que trava contra a COVID-19, desde março de 2020.



Resultados da Avaliação do Respeito pela Confidencialidade



	RSU ECD	RSU AD	RSF ECD	RSF AD	RSF CIO
Muito Satisfeito	21,9%	51,9%	44,7%	41,7%	73,3%
Satisfeito	74,7%	48,1%	54,4%	58,3%	26,7%
Nada Satisfeito	3,4%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%

RSU ECD – Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2019

RSU AD – Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2019

RSF ECD – Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2019

RSF AD – Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2019

RSF CIO – Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2018-2019

**4.8. Parcerias/Valor Acrescentado para as Entidades Financiadoras**

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, consciente da necessidade do estabelecimento de cooperações institucionais para o desenvolvimento da sua ação social, mantém há diversos anos, um conjunto de Parcerias comunitárias com entidades públicas e privadas, que permitem construir consensos, alinhar incentivos e mobilizar recursos. Parcerias comunitárias estas que se revelaram de extrema importância na resposta à grave crise epidémica que enfrentamos atualmente, nomeadamente a parceria com a Câmara Municipal de Lagos que permitiu dotar os nossos trabalhadores de Equipamento de Proteção Individual adequado ao combate à COVID-19, nos primeiros meses de 2020.

Entidade Parceira/Financiadora	Áreas de Intervenção/Objetivo	Valor Acrescentado
Instituto de Segurança Social, IP Centro Distrital de Faro	Acordos de cooperação Cantina Social	Cooperação ativa na otimização das Respostas Sociais; prestar mutuamente informações de interesse para o desenvolvimento da intervenção social; e promover o acompanhamento e avaliação de famílias em risco.
Câmara Municipal de Lagos	Apoios sociais de caráter urgente	Participação no fornecimento de cabazes alimentares e apoio logístico; e atribuição de apoio social de caráter urgente às famílias da comunidade.
	Empowerment, educação, saúde e lazer	Inclusão e participação na comunidade; formação pessoal; e promoção da saúde.
	Angariação de fundos para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual	Apoio aos profissionais na primeira linha do combate à COVID-19 e à restante população
Rede Social de Lagos Conselho Local de Ação Social	Erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão, com vista à promoção do desenvolvimento social	Inovação e desenvolvimento de projetos sociais.
União das Misericórdias Portuguesas	Apoio da cariz regulamentar relativo a todos os setores da Misericórdia	Conhecimento e aplicação das exigências regulamentares.
ARS Algarve, IP ACES Algarve II – Barlavento Centro de Saúde de Lagos	Serviços de Saúde Convencionados	Prestação de serviços de saúde na área da Medicina Física e Reabilitação.
	Apoio Domiciliário Integrado	Interação nas vertentes sociais e de saúde.
IEFP – Centro de Emprego de Lagos Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento	Estágios Atividades formativas	Desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.
Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Junta de Freguesia de Odiáxere	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Junta de Freguesia da Luz	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Junta da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.

 Santa Casa da Misericórdia de Lagos	Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020	IMP.AAF.13.02
--	--	---------------

Continuação...

Rede Escolar de Lagos	Animação, ocupação e lazer	Envolvência da comunidade e partilha de experiências.
Projeto Novas Descobertas Associação Educativa e Recreativa Sem Fins Lucrativos	Animação, ocupação e lazer	Promoção da partilha de saberes e vivências; ações intergeracionais de educação e sensibilização ambiental com foco no cuidar da terra, das comunidades e do indivíduo.

A Avaliação do Grau de Satisfação das Entidades Parceiras tem por objetivo, melhorar as relações de parceria estabelecidas pela Instituição, potenciando a qualidade do trabalho produzido, e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes.

Com esta avaliação, referente ao ano de 2019 – última avaliação realizada (*ver Relatório de Satisfação das Entidades Parceiras 2019*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir a perceção das diferentes entidades com quem mantém uma relação de parceria, de forma a identificar em que áreas/parâmetros pode obter incrementos de qualidade.

Em 2019 (ano da última avaliação realizada), obtivemos um conjunto de 7 avaliações (41,2% do total de entidades com quem mantemos uma relação de parceria), muito positivas, sem qualquer entidade parceira insatisfeita, 16,7% satisfeitas, e 83,3% muito satisfeitas (pergunta 3.10. do questionário – satisfação geral com a parceria). Das 7 avaliações, resultaram ainda 5 comentários/sugestões, com mensagens de apreço pelo trabalho desenvolvido na Instituição, e satisfação pela forma como tem decorrido a relação de parceria. Resultados que a Instituição pretende manter ou melhorar na próxima Avaliação da Satisfação das Entidades Parceiras a realizar em 2021, apesar da difícil batalha que trava contra a COVID-19, desde março de 2020.

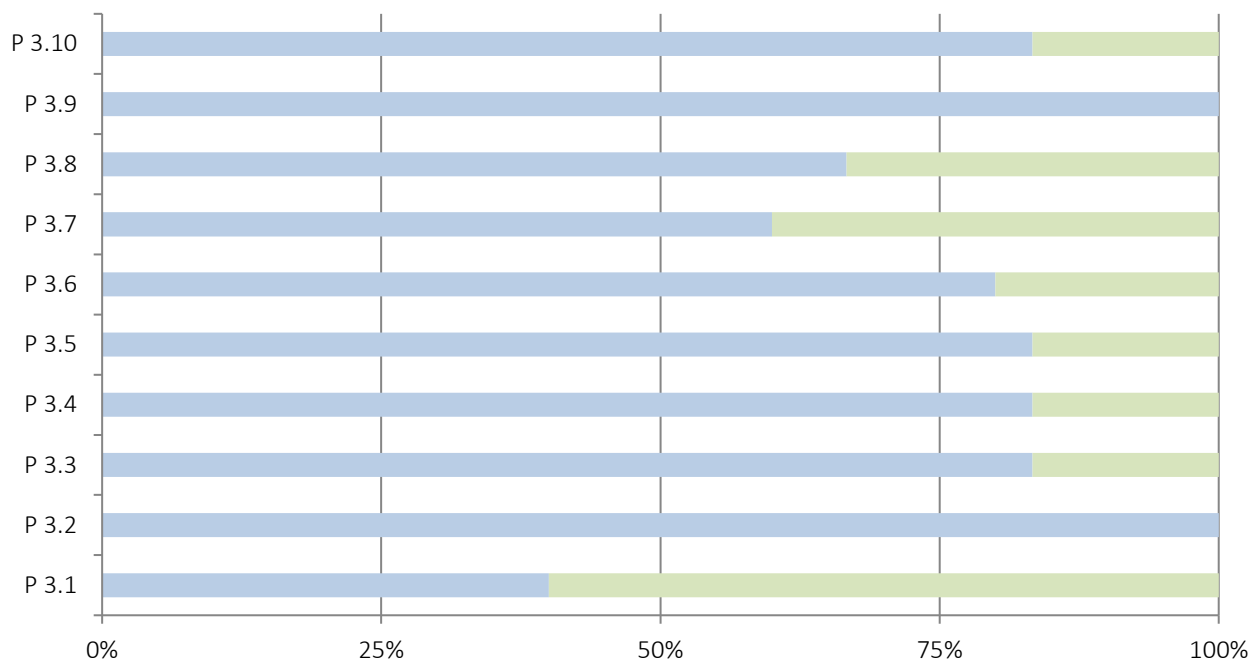


Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Resultados da Avaliação do Grau de Satisfação das Entidades Parceiras



	P 3.1.	P 3.2.	P 3.3.	P 3.4.	P 3.5.	P 3.6.	P 3.7.	P 3.8.	P 3.9.	P 3.10.
Muito Satisfeito	40,0%	100,0%	83,3%	83,3%	83,3%	80,0%	60,0%	66,7%	100,0%	83,3%
Satisfeito	60,0%	0,0%	16,7%	16,7%	16,7%	20,0%	40,0%	33,3%	0,0%	16,7%
Nada Satisfeito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

P 3.1. Informação sobre a Missão, programas e serviços da Misericórdia	P 3.6. Resposta da Misericórdia às sugestões de melhoria
P 3.2. Clareza dos objetivos definidos para a parceria	P 3.7. Informação sobre os resultados de desempenho da Misericórdia
P 3.3. Cumprimento das responsabilidades e compromissos da parceria	P 3.8. Avaliação conjunta do grau de concretização dos objetivos definidos
P 3.4. Comunicação fluida, correta e atempada por parte da Misericórdia	P 3.9. Valor acrescentado da parceria para a Comunidade
P 3.5. Participação e envolvimento nas atividades da Misericórdia	P 3.10. De um modo geral, qual é o seu grau de satisfação com a parceria



4.9. Participação dos Utentes e/ou seus Representantes

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos promove ativamente o envolvimento dos utentes e/ou seus representantes, como participantes/membros ativos nas dinâmicas e quotidiano da Instituição. Para tal, os supracitados agentes são convidados a participar: na elaboração e avaliação dos Planos Individuais; em reuniões de utentes/reuniões de familiares; em Assembleias Gerais de Irmãos (para Irmãos da Santa Casa da Santa Casa da Misericórdia de Lagos); em atividades organizadas pela Instituição (atividades de animação, ocupação e lazer, passeios, festas de aniversário); através da apresentação de sugestões e reclamações (caixa de sugestões e reclamações); e através do preenchimento dos questionários anuais de satisfação. As referidas práticas, que se mantiveram inalteradas até meados de março, por norma realizadas presencialmente, viram a utilização de meios telemáticos “ganhar terreno” como garante do seu efetivo cumprimento, nos meses em que nos vimos afetados pela atual crise pandémica.

4.10. Empowerment dos Utentes

Área do Idoso

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos orienta a sua atuação para a facilitação e promoção do *empowerment* junto dos utentes, criando as condições e espaços necessários para o seu fortalecimento/desenvolvimento. Neste âmbito, a planificação da intervenção prevê a capacitação dos idosos, nos diversos domínios, para que estes se sintam mais competentes, confiantes e independentes, de modo a facilitar a eficácia do exercício da sua cidadania.

No decorrer do ano de 2020, e apesar da atual crise epidémica que enfrentamos, foi implementado um conjunto de iniciativas e projetos, que consideramos terem sido promotores do desenvolvimento pessoal e social dos nossos idosos, permitindo a estimulação física e cognitiva, educar para a cidadania, combater o isolamento, assim como, promover a partilha de vivências e saberes. Destas iniciativas e projetos destacamos:

- a elaboração e avaliação de Planos Individuais;
- a elaboração e avaliação de Planos de Desenvolvimento Individual de Animação;
- o estímulo feito aos utentes, para que continuem a desenvolver pequenas tarefas do seu quotidiano (fazer a cama, arrumar o quarto, selecionar a roupa para vestir, fazer compras, gerir o seu dinheiro, realizar pequenas plantações, auxiliar na conservação e manutenção de hortas e jardins, auxiliar na confeção de biscoitos e folares, e na realização de pequenos trabalhos de costura);



- a atividade físico-motora (Ginástica de Manutenção, Manutenção Individual, Deslocação, Projeto ArticulaR), contribuindo para um estilo de vida independente e mais saudável, visando a manutenção das capacidades funcionais e, conseqüentemente, a prevenção da dependência;
- a participação em Sessões de Educação para a Saúde promovidas pela Instituição e pela Câmara Municipal de Lagos, proporcionando conhecimentos, desenvolvimento de hábitos e consolidação de comportamentos/attitudes que contribuam para a adoção, de forma autónoma, de ações de autocuidado com a saúde que favoreçam uma vida saudável;
- a participação em Campanhas de Ação Ambiental (“Campanha da Bandeira Azul – Projeto de Sensibilização/Educação Ambiental Lagos na Onda do Verão – Tema: De Volta ao Mar com Atitude de Mudar”);
- as atividades de promoção das faculdades cognitivas e de bem-estar emocional (Programas de Estimulação Cognitiva – individual, Projeto Aprender a Ser Feliz, Jogos de Estimulação, Projeto Cantarolar – grupos de cantares, Jogos Diversos, realização de videochamadas entre utentes e respetivos familiares/amigos – “Do Longe Fazemos Perto”), que favorecem a autonomia pessoal;
- as atividades educativas e culturais (Projeto EscoLar – alfabetização e expressão plástica, Projeto TecnoLar – no âmbito das novas tecnologias, Projeto InformoLar – com ações de informação/sensibilização, Atividades Culturais (cinema, música, teatro, poesia), Passeios/Saídas com utentes autónomos e dependentes e a comemoração dos aniversários mensais com Tardes Culturais – participação de diversos grupos musicais da comunidade – presencialmente e *online*);
- e a sensibilização feita junto dos utentes, para que estes participem ativamente nas dinâmicas institucionais e comunitárias (reuniões de utentes, Grupo de Teatro da Instituição, iniciativas de caráter cívico promovidas pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, Projeto Avós e Netos – que reconhece e incorpora os idosos como transmissores de valores e conhecimento às novas gerações, encontros Inter-Lares de Jogos Tradicionais, Desfiles de Carnaval na comunidade).

Área da Infância

Na Resposta Social de Creche do Centro Infantil de Odiáxere, as Educadoras responsáveis pelas crianças reúnem com as famílias no início de cada ano letivo, preenchendo o Programa de Acolhimento Inicial (IMP.CIO.10.02). Através dos dados obtidos neste Programa, identificam-se as situações ao nível das relações (com outras crianças, com adultos de referência e outros adultos), no âmbito da adaptação ao espaço e rotinas diárias, e ainda quanto ao comportamento à entrada do estabelecimento. Na Resposta Social de Creche e de Educação Pré-Escolar é ainda realizada observação em contexto, o que permite efetuar o levantamento de necessidades do grupo e de cada criança, os principais interesses e preocupações da família. Todas estas informações são espelhadas no Plano Individual da Criança.



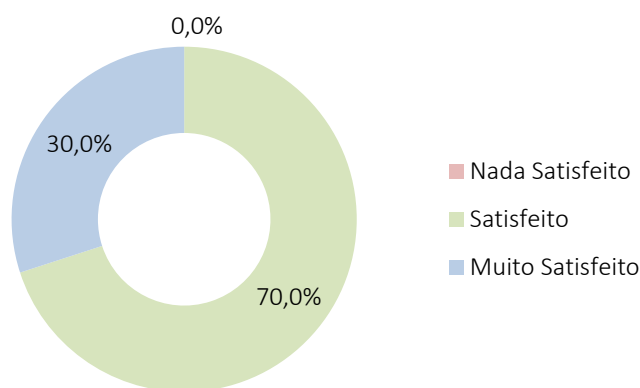
4.11. Planos Individuais

Área do Idoso

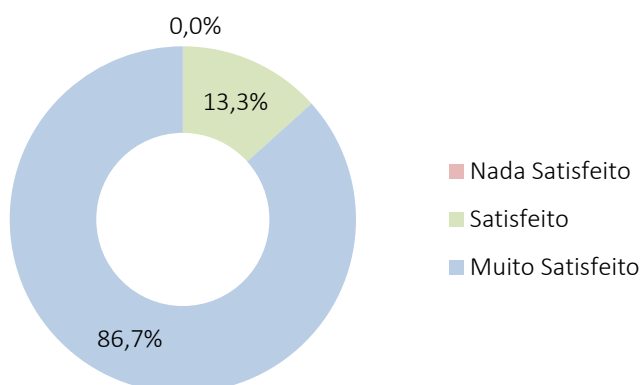
A Santa Casa da Misericórdia de Lagos implementa Planos Individuais que são elaborados a partir das necessidades e expectativas de cada utente. O Plano Individual é um instrumento básico de intervenção individual e personalizada, para cada um dos nossos utentes, elaborado de forma multidisciplinar e participado pelo utente e/ou seu familiar, tendo como finalidade a promoção e melhoria da qualidade de vida do utente.

O contributo da Misericórdia para a melhoria da qualidade de vida dos utentes, é corroborado pelas respostas dos mesmos aos questionários de satisfação, referentes ao ano de 2019 – última avaliação realizada (ver *Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2019* e *Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2019*). Resultados positivos (ver gráficos abaixo) que a Instituição pretende manter ou melhorar na próxima Avaliação da Satisfação dos Utentes a realizar em 2021, apesar da difícil batalha que trava contra a COVID-19, desde março de 2020.

Contribuição da Misericórdia para a melhoria da Qualidade de Vida dos Utentes – ERPI e CD



Contribuição da Misericórdia para a melhoria da Qualidade de Vida dos Utentes – Apoio Domiciliário





Área da Infância

Os Planos Individuais da Resposta Social de Creche são construídos com base nas Experiências Chave, destacando-se o que cada criança consegue fazer de acordo com o seu desenvolvimento. Na Resposta Social de Educação Pré-Escolar, os Planos Individuais baseiam-se nos Comportamentos Observáveis e Aprendizagens a Promover.

Na Resposta Social de Creche, os Planos Individuais são revistos por semestre, sendo que no Pré-Escolar a periodicidade é trimestral. As famílias, crianças, equipa de sala e outros parceiros educativos são envolvidos na construção, monitorização e avaliação dos Planos individuais.

4.12. Continuidade dos Serviços Prestados

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos está continuamente em processo de análise e avaliação dos seus serviços, promovendo desta forma o envolvimento de todos os interessados, respeitando as sugestões de melhoria apresentadas, desde que sejam consideradas mais-valias exequíveis.

Assegurar os serviços prestados e garantir conjugadamente a sustentabilidade da Instituição, é um objetivo constante. No decorrer de 2020, a Instituição tentou a todo o momento e apesar dos constrangimentos causados pela COVID-19 aumentar/manter as médias de utentes ajustadas à capacidade instalada, premissa basilar, uma vez que a frequência de utentes influencia diretamente a receita anual.

4.13. Satisfação das Partes Interessadas

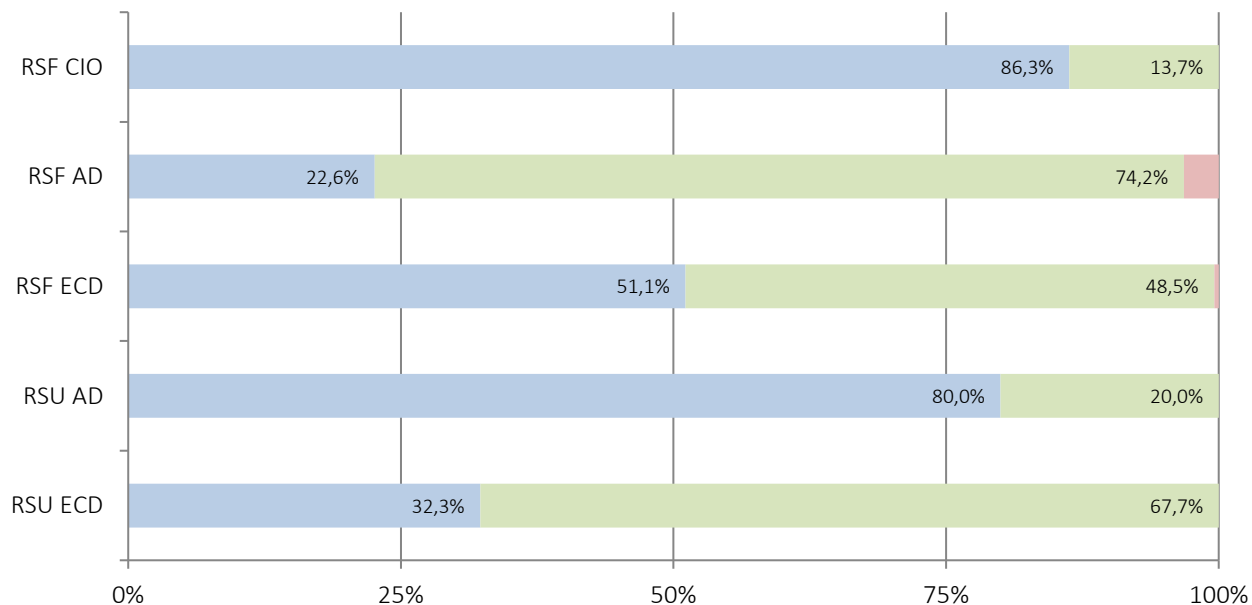
A Santa Casa da Misericórdia de Lagos avalia anualmente a satisfação individual e coletiva dos seus utentes, familiares, trabalhadores e entidades parceiras/financiadoras, através da aplicação de questionários.

A Avaliação do Grau de Satisfação dos Utes e seus Familiares tem por objetivo, melhorar os serviços prestados, potenciando dessa forma o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos utentes.

Com a Avaliação do Grau de Satisfação realizada, referente ao ano de 2019 – última avaliação realizada (ver *Relatório de Satisfação dos Utes de ERPI e CD 2019, Relatório de Satisfação dos Utes de Apoio Domiciliário 2019, Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2019, Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2019 e Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2018-2019*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir as perceções individuais dos seus utentes e respetivos familiares, em relação aos serviços que presta, de forma a identificar em que áreas de atuação pode obter incrementos de qualidade. Deste modo, foi possível aferir até que ponto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos está a corresponder às necessidades e expectativas das pessoas que procuram os seus serviços.



Resultados da Avaliação da Satisfação Geral com os nossos Serviços



	RSU ECD	RSU AD	RSF ECD	RSF AD	RSF CIO
Muito Satisfeito	32,3%	80,0%	51,1%	22,6%	86,3%
Satisfeito	67,7%	20,0%	48,5%	74,2%	13,7%
Nada Satisfeito	0,0%	0,0%	0,4%	3,2%	0,0%

RSU ECD – Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2019

RSU AD – Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2019

RSF ECD – Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2019

RSF AD – Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2019

RSF CIO – Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2018-2019

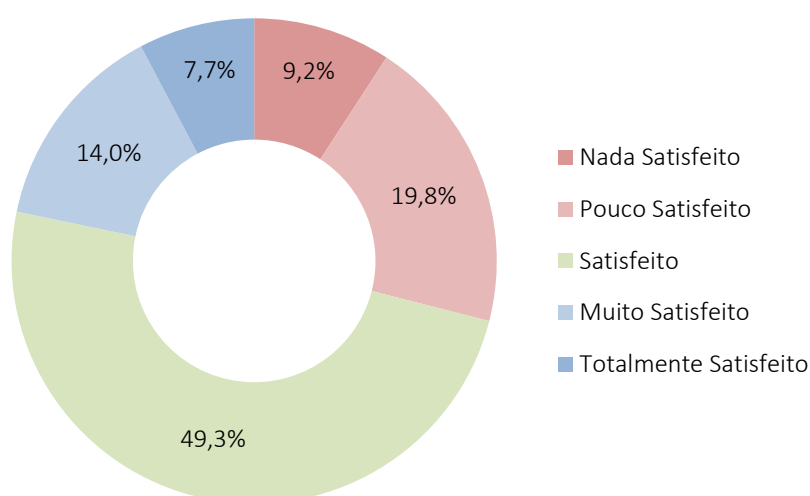


A Avaliação do Grau de Satisfação e Motivação dos Trabalhadores da SCML tem por objetivo, melhorar as condições de trabalho na Instituição, potenciando a qualidade do trabalho produzido, e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes.

Com a Avaliação do Grau de Satisfação e Motivação realizada, referente ao ano de 2019 – última avaliação realizada (*ver Relatório de Satisfação e Motivação dos Trabalhadores 2019*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir as perceções individuais dos seus trabalhadores, de forma a identificar em que áreas/parâmetros pode obter incrementos de qualidade. Deste modo, foi possível aferir até que ponto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos está a satisfazer as expectativas dos seus trabalhadores.

Em 2019 (ano da última avaliação realizada), obtivemos um conjunto de 232 avaliações (71,4% do total de trabalhadores com mais de 6 meses de trabalho na Instituição), maioritariamente positivas, com 71% dos trabalhadores satisfeitos (49,3%), muito satisfeitos (14%) ou totalmente satisfeitos (7,7%) com o trabalho na Instituição, e 29% pouco (19,8%) ou nada (9,2%) satisfeitos com o mesmo (pergunta 3.25. do questionário – motivação e satisfação geral com o trabalho na Instituição). Das 232 avaliações, resultaram ainda 25 comentários/sugestões, com alertas para melhorias que os trabalhadores pretendem ver implementadas, na sua grande maioria, relacionadas: com o reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido pelos mesmos; com a remuneração, regalias e benefícios atribuídos pela Instituição; com a promoção e estímulo do trabalho em equipa/gestão de conflitos; e com as condições de trabalho.

Grau de Motivação e Satisfação Geral, com o trabalho na Instituição





Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

4.14. Gestão de Recursos Humanos e Formação

O Serviço de Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Lagos visa garantir as competências necessárias ao cumprimento da sua missão e o desenvolvimento e a valorização dos trabalhadores da Instituição – principal “matéria-prima” na garantia da qualidade dos serviços prestados diariamente.

No quadro que se segue, é apresentado o número de trabalhadores por resposta social, género e tipologia de contrato. O número médio de trabalhadores ao serviço em 2020 foi de 376, com um número total de 388 em 31 de dezembro de 2020 (entre contratos sem termo, contratos a termo e estágios profissionais):

Trabalhadores Distribuídos pelas várias Respostas Sociais 31/12/2020									
Resposta Social	Mulher	Homem	Total	Contrato c/Termo	Contrato s/Termo	Estágios	Reforço MARES	Prestação de Serviços	
								Médico	Enfermeiro
Serv. Adm. Financeiros	15	4	19	1	18				
Apoio Domiciliário	13	1	14		14				
Lar Joaquim Eug. Calado	32	2	34	4	30			1	1
Lar de Bensafrim	20	1	21		21			1	
Lar de Espiche	22	1	23	4	19			1	1
Lar Rainha D. Leonor	62	6	68	9	58	1	1	1	3
Lar José Filipe Fialho	80	16	96	11	85		1	1	
Resid. M ^a Francisca Fialho	31	1	32	6	26			1	1
Lar S. João Batista	34	3	37	3	34			1	
Centro Infantil de Odiáxere	33		33	2	31				
Med. Física e Reabilitação	8	3	11		11			2	
Total	350	38	388	40	347	1	2	4	6
A atividade de três prestadores de serviços na área da Medicina divide-se por diferentes Equipamentos da Instituição, de acordo com o esquema de cores apresentado.									

Neste Relatório, avaliámos ainda a rotatividade dos recursos humanos no ano de 2020 (entradas e saídas de trabalhadores). Com o dever de assegurar a prestação dos serviços 24 horas por dia, cumprir o rácio de recursos humanos por categoria profissional e por um determinado número de utentes residentes, bem como de responder à atual crise epidémica, nomeadamente através da criação de equipas espelho, reforçaram-se as equipas de trabalho – contratação de trabalhadores e recurso ao Programa MARES (inicialmente com 8 trabalhadores).

Neste último ano registaram-se 73 saídas e 102 admissões, com uma taxa de *Turnover* total de 22,55%.

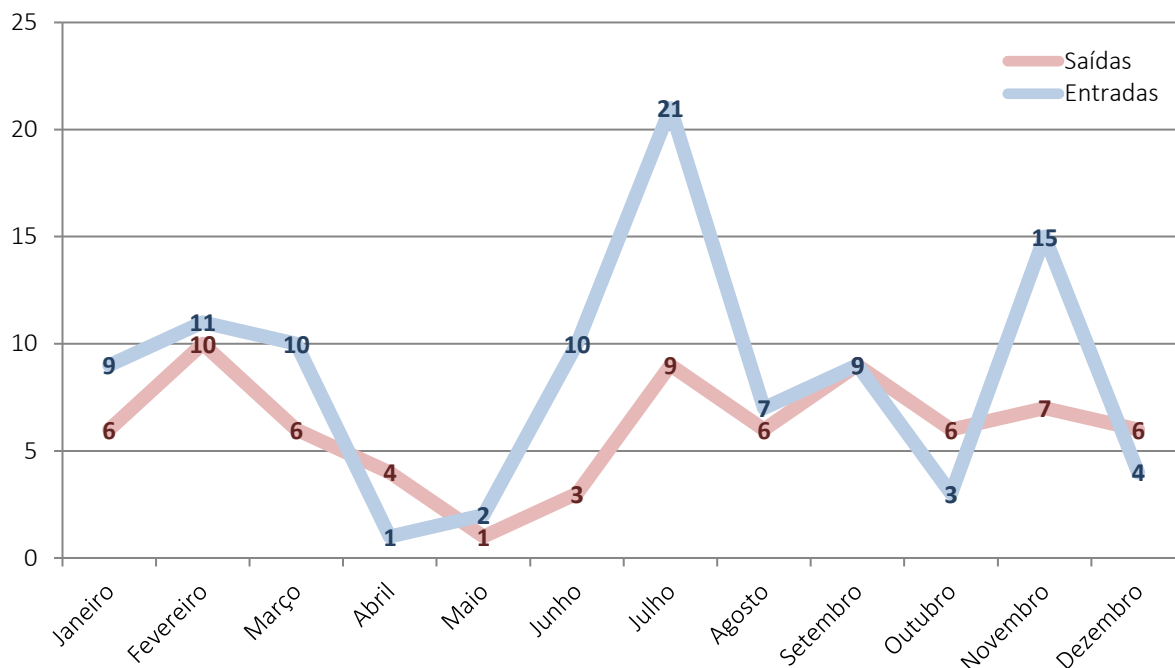


Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Entradas e Saídas de Trabalhadores por Mês



O absentismo dos trabalhadores é um desafio que a Santa Casa da Misericórdia de Lagos tem que lidar no seu dia-a-dia, já que as faltas ao trabalho se traduzem num impacto significativo no cumprimento da prestação de serviços. As faltas, principalmente as baixas médicas prolongadas, acarretam mais encargos para a Instituição, uma vez que esta tem que formar e capacitar novos recursos humanos.

Através dos seguintes quadros e gráficos conseguimos caracterizar as diferentes tipologias de absentismo ocorrido na Santa Casa da Misericórdia de Lagos, no ano de 2020.

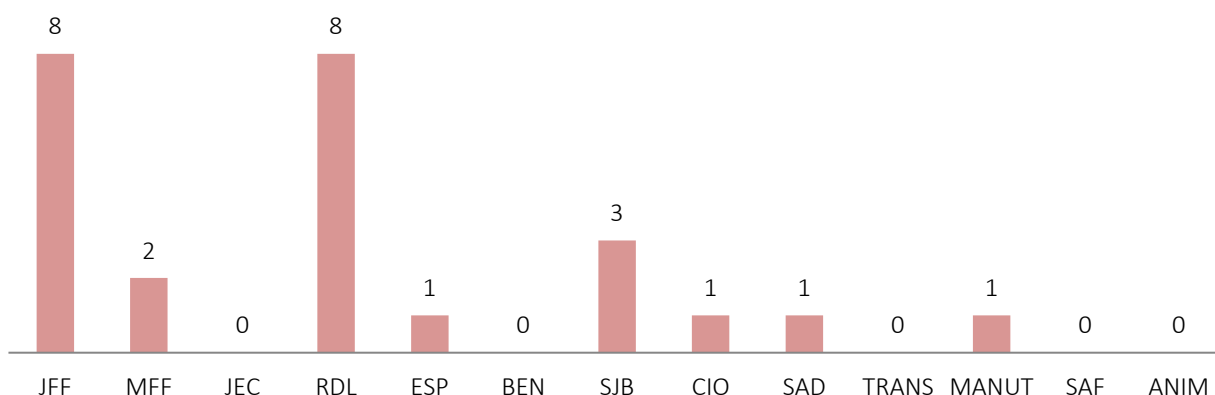
Total de Trabalhadores por Tipo de Faltas: 132										Total Dias de Faltas
Layoff	Baixa COVID19	Isolamento Profilático	COVID19 Filhos	Encerr Escolas	Licença s/Venc	Nº Trab Lic Mat/Pat	Nº Trab Faltas Justific	Nº Trab Faltas Injustif	Gravidez Risco	
25	17	53	9	38	4	5	15	32	10	6.074

Baixas Médicas	Total Trab. Filhos	Total Trabalhadores	Trabalhadores com mais de 1 baixa	Baixas Início outros anos	Baixas 2020	Baixas Filhos	Total dias
	22	109	17	17	113	41	8.342

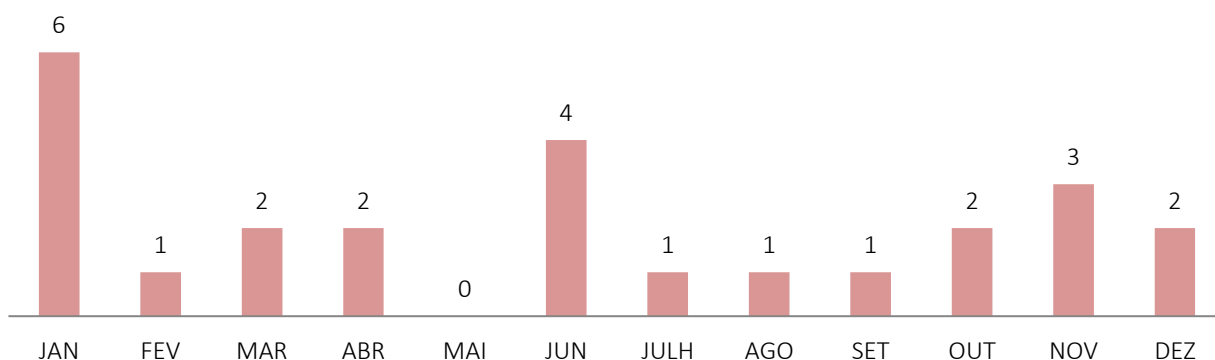
Número de Dias Perdidos por Acidentes de Trabalho	
0 dias	1
1 a 3 dias	2
4 a 30 dias	16
Mais de 30 dias	6
Total	25



Total de Acidentes de Trabalho por Equipamento Social – 2020



Total de Acidentes de Trabalho por Mês – 2020



Ainda no âmbito da caracterização dos trabalhadores, apresentamos abaixo, os quadros com o grupo etário e o grau de escolaridade. Verifica-se que um grande número de trabalhadores têm o 1.º, 2.º e 3.º ciclo de escolaridade, o que revela uma necessidade de investimento constante na formação profissional, na motivação para o aumento da escolaridade e na orientação de práticas de acordo com as capacidades de cada um.

	18-24 anos	25-44 anos	45-64 anos	mais de 65 anos	Total
Homem	5	17	13	3	38
Mulher	16	119	207	8	350
Total	21	136	220	11	388

	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Total
Homem	11	3	10	10	4	38
Mulher	109	48	90	63	40	350
Total	120	51	100	73	44	388



Formação

Com base no levantamento das necessidades de formação a cada trabalhador, foi elaborado um Plano de Formação. Plano este que sofreu diversas alterações, em virtude da atual crise epidémica que vivemos, nomeadamente, o cancelamento de formações planeadas. Em 2020 os trabalhadores tiveram acesso às formações externas e internas abaixo descritas:

Ações de Formação 2020			
Descrição		Número Horas Formação	Número Trabalhadores Abrangidos
EXTERNA	Plano de Bem-Estar para a Demência	12h00	1
	Gestão e Avaliação de Desempenho em IPSS	03h30	2
	Construção de um Regulamento Interno de Relações Laborais	07h00	1

Ações de Formação 2020			
Descrição		Número Horas Formação	Número Trabalhadores Abrangidos
INTERNA	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Conceitos Básicos	25h00	15
	Higiene da Pessoa Idosa em Lares e Centros de Dia	50h00	9
	Ética e Deontologia Profissional no Trabalho com Crianças	25h00	12
	Formação Prática no âmbito da COVID-19 (Prevenção e Controlo de Infecção)	01h30	250
	Ação de Sensibilização e Formação – Limitar a Propagação do Vírus SARS-COV-2	02h00	98
	RVCC – Agente em Geriatria Nível 2	102h00	2
	RVCC – Dupla Certificação Agente em Geriatria & Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	102h00	1



5. Análise Económico-Financeira das Respostas Sociais

A situação epidemiológica em Portugal causada pela pandemia da doença COVID-19 exigiu à Santa Casa da Misericórdia de Lagos a implementação de diversas medidas, a maioria delas impostas pelo Governo, com vista a prevenir a transmissão daquela doença, e principalmente para salvaguardar a saúde de todos os utentes e trabalhadores. A implementação destas medidas afetou o normal funcionamento da Instituição no desenvolvimento da sua atividade de apoio social à infância e à população idosa, nas diferentes Respostas Sociais, e da área da saúde, ao longo do período em apreciação:

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

As Respostas Sociais de ERPI são em número de 7, distribuídas pelos Equipamentos localizados nas várias freguesias do Concelho de Lagos.

Ao contrário de anos anteriores, em 2020, a Resposta Social de ERPI apresenta resultado negativo.

A média de utentes foi inferior à capacidade instalada, com um total de 330 utentes.

Este resultado é justificado por: a DGS criou novos procedimentos de admissão de utentes de forma a salvaguardar a população idosa residente, nomeadamente a realização de teste laboratorial SARS-CoV-2, o que originou um aumento do tempo médio de espera para admissão de utentes nas **Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas**. A existência de casos COVID nas ERPI, situação pela qual infelizmente a Instituição passou, também resultou na suspensão momentânea da admissão de novos utentes.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
ERPI	Lar José Filipe Fialho	90	90	88	3 981,07 €
	Residências Maria Francisca Fialho	70	60	68	105 216,93 €
	Lar Joaquim Eugénio Calado	31	31	31	- 587,71 €
	Lar São João Batista	39	31	38	- 84 008,84 €
	Lar de Bensafrim	20	20	19	- 54 337,39 €
	Lar de Espiche	28	26	28	- 30 407,50 €
	Lar Rainha D. Leonor	60	35	58	10 459,93 €
TOTAIS		338	293	330	- 49 683,51 €

Centro de Dia

A atividade de Centro de Dia ficou suspensa em 16 de março, nos termos do Decreto – Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, em conformidade com o legislado, continuou e continua a desenvolver essa atividade através da domiciliação dos serviços. Fornecendo diariamente as refeições, prestando o serviço de higiene pessoal, de tratamento de roupa e teleassistência aos utentes.



Embora em agosto tenha sido levantada a suspensão da atividade de Centro de Dia, a Instituição não reabriu porque não conseguia garantir o estrito cumprimento das medidas de prevenção e controlo preconizadas pela DGS, elencadas no Guião Orientador de reabertura da Resposta Social. Pois, os 6 Centros de Dia são acoplados à Resposta Social ERPI, cujas características dos edifícios e funcionamento **não** garantem a total separação, sem cruzamento entre utentes e trabalhadores das duas Respostas e sem partilha de espaços de refeitório, sala de estar e convívio, sala de atividades e instalações sanitárias.

A Instituição, na presente data, também **não** dispõe de zonas que não estejam a ser utilizadas para fazer a expansão do Centro de Dia, que cumpram as regras de higiene, segurança e salubridade.

Face a tudo isto, em 31 de dezembro de 2020, a Resposta Social apresenta resultado negativo, e a média de utentes é inferior à capacidade instalada e inferior ao protocolado em Acordo de Cooperação.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
Centro de Dia	C. Dia José Filipe Fialho	30	24	17	- 62 065,57 €
	C. Dia Joaquim Eugénio Calado	30	15	19	- 44 216,67 €
	C. Dia São João Batista	12	0	8	- 21 444,61 €
	C. Dia de Bensafrim	30	15	12	- 46 043,75 €
	C. Dia de Espiche	30	16	10	- 56 271,90 €
	C. Dia Rainha D. Leonor	30	24	18	- 57 722,47 €
TOTAIS		162	94	84	- 287 764,97 €

Apoio Domiciliário

Por questões relacionadas com a operacionalização dos serviços prestados, a Resposta Social de Apoio Domiciliário tem como referências o Lar Joaquim Eugénio Calado, em Odiáxere, e o Lar Rainha D. Leonor, em Lagos, que apresentam uma média de utentes abaixo ao protocolado em Acordo de Cooperação. A atual crise epidémica originou o cancelamento de contratos e a lista de espera diminuiu.

Analisando o quadro abaixo podemos verificar que a média de utentes de Apoio Domiciliário Integrado foi deficitária em relação ao protocolado em Acordo de Cooperação, uma vez que o critério de admissão se baseia na existência de encaminhamento por parte da equipa dos Cuidados Integrados do Centro de Saúde, situação que não se tem verificado. O resultado negativo desta Resposta prende-se principalmente com a diminuição da faturação, os gastos com pessoal e depreciações e amortizações das viaturas.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
SAD	Apoio Domiciliário Integrado	10	10	1	- 18 833,88 €
	Apoio Domiciliário de Lagos	50	50	45	- 30 318,68 €
	Apoio Domiciliário de Odiáxere	20	8	14	- 17 044,70 €
TOTAIS		80	68	60	- 66 197,26 €

**Centro Infantil de Odiáxere**

A Creche e a Educação Pré-Escolar são duas Respostas Sociais que integram o Centro Infantil de Odiáxere.

Estas Respostas também estiveram suspensas entre 16 de março e 30 de junho, por força do estipulado no Decreto – Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. No entanto, a Resposta Social de Creche apresenta resultado positivo, motivado pelo alargamento do número de Acordos de Cooperação que abrangeram mais 14 utentes, para um novo total de 69 utentes em Acordo de Cooperação, o que representa 80% da capacidade instalada. Outra medida que beneficiou o resultado desta Resposta foi o aumento da percentagem a aplicar ao rendimento *per capita* mensal do agregado familiar, para a determinação das mensalidades (em conformidade com a Portaria n.º 218-D/2019 que procede à segunda alteração à Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho).

À semelhança dos anos anteriores, a Resposta Social de Educação Pré-Escolar apresenta resultado negativo, justificado pelos baixos rendimentos dos agregados familiares e, principalmente, pelo défice do número de Acordos de Cooperação.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
Centro Infantil	Creche	87	69	77	3 483,81 €
	Educação Pré-Escolar	75	45	71	- 58 594,92 €
TOTAIS		162	114	148	- 55 111,11 €

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

A Resposta Social Atendimento e Acompanhamento Social tem na sua génese um Acordo de Cooperação celebrado entre a SCML e a Segurança Social. Esta Resposta tem como finalidade, dar à população com problemas psicossociais, nomeadamente famílias e crianças em risco, acompanhamento, cooperação técnica e financeira, orientação e encaminhamento para outras Respostas Sociais e/ou proteção social adequada. O SAAS é desenvolvido nas instalações do serviço local de Lagos da Segurança Social e na SCML, por um Técnico de Serviço Social, que no ano de 2020 geriu aproximadamente 500 processos familiares.



Cantina Social

No âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, a SCML celebrou, pela primeira vez, em junho de 2012, um Protocolo de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social, IP de Faro para o fornecimento de refeições diárias a agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade. Em 2020, foi assinada uma adenda ao protocolo, mantendo o número de refeições diárias fornecidas em 40. No cumprimento do supracitado protocolo, no decorrer do ano 2020, a SCML forneceu 14.600 refeições confeccionadas aos agregados familiares/utentes de Cantina Social.

Apoio a Carentiados

A atual crise epidémica tem tido um forte impacto no tecido social e económico do Município de Lagos e no aumento exponencial da procura de apoios sociais. Face a esta situação, houve uma revisão/atualização do Protocolo de Cooperação celebrado com a Câmara Municipal de Lagos, nomeadamente o aumento de apoio alimentar. Assim, no ano de 2020, a SCML distribuiu 2.681 cabazes alimentares pelos agregados familiares mais carenciados do Concelho de Lagos. Esta Resposta Social apresenta um resultado nulo.

Centro de Medicina Física e de Reabilitação (CMFR)

Com a declaração de estado de emergência, ficou determinada a suspensão de atividades no âmbito da prestação de serviços, de forma garantir o distanciamento social, facto que obrigou à interrupção da atividade de saúde de Medicina Física e Reabilitação, entre 22 de março e 15 de maio de 2020. A reabertura, após o supracitado período, deu-se de forma lenta e com uma menor frequência de utentes.

O CMFR diminuiu significativamente a atividade no ano de 2020, no número de atos médicos (consultas) e no número de doentes tratados. Consequentemente, a faturação ao Serviço Nacional de Saúde, Subsistemas e Particulares diminuiu e a Instituição apresenta resultado negativo na atividade de saúde.

Ano	Nº Atos Médicos	Doentes Tratados	Faturação	Resultados
2019	2659	2446	317.394,21 €	16.204,48 €
2020	1747	1556	201.414,82 €	- 101.137,61 €
Variação	- 912	- 890	- 115.979,39 €	- 117.342,09 €



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e
Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

6. Análise da Demonstração de Resultados e Análise da Execução Orçamental

Demonstração de Resultados – 2020

SNC	GASTOS	2020	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 192 156,90	17,36%
62	Fornecimentos e serviços externos	653 446,30	9,51%
63	Gastos com o Pessoal	4 653 167,84	67,75%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	294 083,29	4,28%
65	Imparidade de dívidas a receber	13 294,87	0,19%
67	Provisões do período	0,00	0,00%
68	Outros gastos e perdas	59 583,44	0,87%
69	Gastos e perdas de financiamento	2 008,94	0,03%
		6 867 741,58	

SNC	RENDIMENTOS	2020	%
72	Prestações de serviços	3 141 693,38	49,81%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2 758 504,16	43,73%
76	Reversões	0,00	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	406 322,54	6,44%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 326,04	0,02%
		6 307 846,12	

Resultados antes de depreciação e amortização, gastos de financeiros e impostos	-265 129,27
Resultados Operacionais (antes de gastos de financeiros e impostos)	-559 212,56
Resultados Financeiros	-682,90
Resultado antes de impostos	-559 895,46
Resultado líquido do período	-559 895,46

Comparativos de Rendimentos e Gastos entre os anos de 2019 e 2020

SNC	GASTOS	2019	2020	Variação €	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 065 920,32	1 192 156,90	126 236,58	11,84%
62	Fornecimentos e serviços externos	685 037,82	653 446,30	-31 591,52	-4,61%
63	Gastos com o Pessoal	4 360 976,13	4 653 167,84	292 191,71	6,70%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	293 722,76	294 083,29	360,53	0,12%
65	Imparidade de dívidas a receber	6 441,54	13 294,87	6 853,33	106,39%
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	
68	Outros gastos e perdas	25 199,92	59 583,44	34 383,52	136,44%
69	Gastos e perdas de financiamento	3 577,15	2 008,94	-1 568,21	-43,84%
		6 440 875,64	6 867 741,58	426 865,94	6,63%

SNC	RENDIMENTOS	2019	2020	Variação €	%
72	Prestações de serviços	3 393 275,93	3 141 693,38	-251 582,55	-7,41%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2 436 540,52	2 758 504,16	321 963,64	13,21%
76	Reversões	25 550,21	0,00	-25 550,21	-100,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	414 672,82	406 322,54	-8 350,28	-2,01%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 437,90	1 326,04	-111,86	-7,78%
		6 271 477,38	6 307 846,12	36 368,74	0,58%

Resultados antes de depreciação e amortização, gastos de financeiros e impostos	126 463,75	-265 129,27	-391 593,02	-309,65%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financeiros e impostos)	-167 259,01	-559 212,56	-391 953,55	234,34%
Resultados Financeiros	-2 139,25	-682,90	1 456,35	-68,08%
Resultado antes de impostos	-169 398,26	-559 895,46	-390 497,20	230,52%
Resultado líquido do período	-169 398,26	-559 895,46	-390 497,20	230,52%



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Execução Orçamental de Rendimentos e Gastos do ano 2020

SNC	GASTOS	Orçamento 2020	2020	Dif. Face ao Orç €	Execução %
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 068 510,95	1 192 156,90	123 645,95	111,57%
62	Fornecimentos e serviços externos	698 000,00	653 446,30	-44 553,70	93,62%
63	Gastos com o Pessoal	4 450 070,43	4 653 167,84	203 097,41	104,56%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	292 000,00	294 083,29	2 083,29	100,71%
65	Imparidade de dívidas a receber	5 000,00	13 294,87	8 294,87	265,90%
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	
68	Outros gastos e perdas	16 000,00	59 583,44	43 583,44	372,40%
69	Gastos e perdas de financiamento	7 000,00	2 008,94	-4 991,06	28,70%
		6 536 581,38	6 867 741,58	331 160,20	105,07%

SNC	RENDIMENTOS	Orçamento 2020	2020	Dif. Face ao Orç €	Execução %
72	Prestações de serviços	3 409 748,46	3 141 693,38	-268 055,08	92,14%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2 447 408,36	2 758 504,16	311 095,80	112,71%
76	Reversões	0,00	0,00	0,00	
78	Outros rendimentos e ganhos	410 705,56	406 322,54	-4 383,02	98,93%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	5 000,00	1 326,04	-3 673,96	26,52%
		6 272 862,38	6 307 846,12	34 983,74	100,56%

Resultados antes de depreciação e amortização, gastos de financeiros e impostos	30 281,00	-265 129,27	-295 410,27	-875,56%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financeiros e impostos)	-261 719,00	-559 212,56	-297 493,56	213,67%
Resultados Financeiros	-2 000,00	-682,90	1 317,10	34,15%
Resultado antes de impostos	-263 719,00	-559 895,46	-296 176,46	212,31%
Resultado líquido do período	-263 719,00	-559 895,46	-296 176,46	212,31%

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: estes gastos apresentam um aumento em relação ao orçamentado e ao realizado no ano anterior, de 126.326€. Este aumento verifica-se principalmente no material de consumo clínico – material de proteção individual (64.385€), géneros alimentares (41.763€) e também em detergentes e material de limpeza (18.998€).

Fornecimentos e serviços externos: estes gastos diminuíram em 31.591€ em relação ao ano de 2019 e ficaram aquém do orçamentado, resultado do constante processo de renegociação de todos os contratos de prestação de serviços, promovido pela Instituição.

Gastos com pessoal: verifica-se um aumento acima do previsto em relação ao orçamentado nesta conta de gastos, uma vez que a Instituição recorreu a novas contratações para cumprir com a orientação da Direção Geral de Saúde, que recomenda que os profissionais/cuidadores das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário sejam separados por grupos, com menor contacto possível entre eles, para atendimento dedicado a grupos definidos de utentes (as denominadas equipas em espelho). Também, entre 16 de março de 2020 e 30 de junho de 2020, houve a necessidade de reforçar as equipas de trabalho, devido à permanência dos trabalhadores em casa para assistência inadiável aos filhos, até 12 anos, por força do encerramento dos estabelecimentos de ensino. Estas novas contratações (aumento de 34 trabalhadores) representaram um aumento de 152.214€.



Outra situação que não estava prevista foi o pagamento do subsídio de alimentação aos trabalhadores, uma vez que de acordo com a legislação, os trabalhadores que desempenharam as suas funções nas equipas espelho e teletrabalho, sempre que não usufruíam da refeição em género na Instituição tinham direito a esse subsídio, que representou 80.829€.

E, naturalmente houve o impacto do aumento da Remuneração Mínima Mensal, que havia sido inscrita no orçamento de 2020, num total de 114.193€.

Depreciação de amortização: o valor em referência advém do processo de amortização do imobilizado/património da Instituição. Esta conta sofreu um ligeiro aumento de 360€.

Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões): foram reconhecidas perdas por imparidade de processos que evidenciam eventos de perda.

Provisão: não houve constituição de provisões.

Outros gastos e perdas: houve um aumento nesta conta, uma vez que a frequência de utentes de Apoio Domiciliária diminuiu, e o Instituto de Segurança Social procedeu à correção negativa da comparticipação financeira.

Gastos e perda de financiamento: os poucos juros suportados e despesas bancárias são registados nesta conta, que atingiu em 2020 o somatório de 2.008,94€.

Relativamente aos **Rendimentos e Ganhos**, houve uma diminuição significativa na conta de **prestação de serviços**, em relação ao orçamentado bem como ao ano anterior. Esta diminuição deve-se principalmente:

- à suspensão das atividades sociais: Centro de Dia – diminuição da faturação em 112.288€; Creche – diminuição da faturação em 19.365€; e Educação Pré-Escolar – diminuição da faturação em 11.782€.
- à suspensão da atividade de Medicina Física e Reabilitação – diminuição da faturação em 115.979€;
- à diminuição de utentes de Apoio Domiciliário – diminuição da faturação em 13.159€.

A receita registada na conta **subsídio, doações e legados à exploração**, depende da frequência de utentes, no entanto entre março e setembro de 2020, o Instituto de Segurança Social, por força da Portaria n.º 85-A/2020, manteve inalterado o montante da comparticipação financeira, das respostas sociais suspensas (Creche, Educação Pré-Escolar e Centro de Dia), face ao valor devido referente ao mês de fevereiro de 2020. Também por força da Portaria n.º 192/2020, de 10 de agosto, a comparticipação financeira da segurança social, devida no âmbito dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosas foi reforçada em 2% no ano de 2020 face ao valor previsto no anexo I da Portaria n.º 88-C/2020, de 6 de abril. Motivo pelo qual a conta **subsídio, doações e legados à exploração** apresenta um desvio favorável acima do orçamentado e um aumento 321.963€ em relação ao ano 2019.



Outros rendimentos e ganhos: esta conta reflete toda a receita que não advém da atividade principal da Instituição (temos o exemplo das rendas auferidas das propriedades de investimento e descontos de pronto pagamento).

A conta de **Juros, dividendos e outros rendimentos similares** diminuiu, devido às baixas taxas de juros oferecidas pelas entidades bancárias.

Face ao exposto, o Resultado Líquido em 31 de dezembro de 2020 é negativo em 559 895,46€, resultante de um total de GASTOS de 6.867.741,58€, contra 6.307.846,12€ de RENDIMENTOS.

7. Riscos

O ano 2020 foi totalmente atípico em virtude do surto do novo Coronavírus (doença COVID-19), declarado como pandemia pela OMS, a 11 de março de 2020.

Numa fase inicial, foi confuso pois diariamente saíam novas regras, diretrizes e medidas para implementar, mas a Instituição reagiu de forma célere, adaptando-se e respondendo à altura. Foram adotadas regras de restrição de mobilidade entre e nos diferentes edifícios da SCML, foram implementadas todas as medidas preventivas de Saúde Pública de acordo com as Orientações da DGS e foram ajustadas as escalas de trabalho, bem como as funções dos trabalhadores.

O Governo, através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, aprovou um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do País, que afetaram o normal funcionamento da SCML, principalmente no desenvolvimento da sua atividade social, nomeadamente:

- por força da suspensão das atividades letivas e não letivas com presença de crianças em estabelecimentos de ensino particulares, cooperativos e do setor social e solidário, designadamente, Creche e Educação Pré-Escolar, até 30 de junho de 2020;
- por força da suspensão das atividades de apoio social desenvolvidas nos Centros de Dia, garantindo o fornecimento de refeições e higiene pessoal a parte dos utentes, através da prestação domiciliária, até à presente data.

A interrupção da atividade de saúde de Medicina Física e Reabilitação, entre 22 de março de 2020 e 15 de maio de 2020. A reabertura com uma menor frequência de utentes. Este conjunto de medidas elencadas originou diversos constrangimentos na Execução do Orçamento de 2020. De forma a mitigar o impacto económico-financeiro, a Instituição recorreu ao *Layoff* simplificado.

De acordo com a análise às demonstrações financeiras do ano de 2020, verifica-se que esta nova realidade mudou os termos de gestão e ameaça a sustentabilidade financeira e organizacional. Assim, e como forma de manter a estrutura organizacional e financeira equilibrada, a Mesa Administrativa irá estar atenta a novas oportunidades de organização e financiamento.



8. Perspetivas

A Mesa Administrativa perspetiva dar continuidade à boa gestão do património da Misericórdia, apostar na formação dos trabalhadores como forma de elevar a qualidade dos serviços, e trabalhar para a normalização da qualidade dos serviços prestados em todos os Equipamentos/Respostas Sociais da SCML.

Criar condições que garantam a autonomia económica e financeira da Instituição, promovendo soluções de economia de escala que permitam a poupança de recursos.

Todas as perspetivas da Misericórdia, bem como a execução do Plano de Ação e Orçamento para o ano de 2021, estarão condicionadas aos efeitos diretos e indiretos provocados pela atual crise epidémica.

9. Proposta de Aplicação dos Resultados e Conclusão

Os resultados apresentados neste Relatório de Atividades e Contas do Exercício são o reflexo das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2020 na Santa Casa da Misericórdia de Lagos.

O Resultado Líquido do Período no montante negativo de 559 895,46€, por proposta da Mesa Administrativa, transitará para Resultados Transitados.

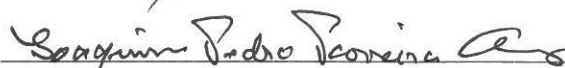
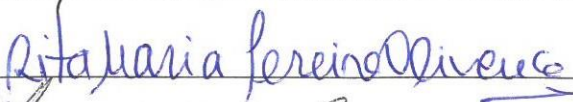
É um propósito da Mesa Administrativa continuar a pugnar por uma boa gestão, controlando os gastos e aumentando, tanto quanto possível, os rendimentos, e numa perspetiva social, continuar a responder às solicitações da comunidade.

Por outro lado, e numa perspetiva da melhoria da qualidade dos serviços que a Instituição presta, é um propósito desta Mesa Administrativa continuar a investir na humanização dos cuidados, na formação dos trabalhadores, na animação, ocupação e lazer dos idosos, no combate à imobilização e no apoio às famílias e utentes carenciados.

Pela Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Lagos, 24 de março de 2021

A Mesa Administrativa




Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e
Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

10. Contas

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501058559

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	6 497 021,16	6 682 911,13	
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	
Ativos intangíveis	6	9 341,74	9 105,68	
Investimentos financeiros	17.1	64 738,14	49 702,05	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00	
		6 571 101,04	6 741 718,86	
Ativo corrente				
Inventários	9	118 761,28	37 465,23	
Créditos a receber	17.3	166 437,15	166 016,58	
Diferimentos		0,00	0,00	
Caixa e depósitos bancários	17.6	1 102 811,04	1 260 515,18	
Outros ativos correntes	17.4	1 522 335,82	1 504 386,19	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	13 146,52	9 939,02	
Estado e outros entes públicos	17.9	31 415,12	49 344,23	
		2 954 906,93	3 027 666,43	
Total do ativo		9 526 007,97	9 769 385,29	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		119 515,92	119 515,92	
Excedentes técnicos		0,00	0,00	
Reservas		0,00	0,00	
Resultados transitados	17.7	4 542 008,27	4 724 640,64	
Excedentes de revalorização		71 436,71	71 436,71	
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		3 968 732,18	4 038 605,89	
		8 701 693,08	8 954 199,16	
Resultado líquido do período		-559 895,46	-169 398,26	
Total dos fundos patrimoniais		8 141 797,62	8 784 800,90	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	11	6 000,00	6 000,00	
Provisões específicas		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	
		6 000,00	6 000,00	
Passivo corrente				
Fornecedores c/c	17.8	267 758,25	144 224,09	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Diferimentos	17.5	0,00	0,00	
Outros passivos correntes	17.10	1 008 474,79	732 560,32	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	87,00	106,00	
Estado e outros entes públicos	17.9	101 890,31	101 693,98	
		1 378 210,35	978 584,39	
Total do passivo		1 384 210,35	984 584,39	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 526 007,97	9 769 385,29	

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos

Contribuinte: 501058559

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	3.141.693,38	3.393.275,93
Subsídios, doações e legados à exploração	12/17.12	2.758.504,16	2.436.540,52
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1.192.156,90	1.065.920,32
Fornecimentos e serviços externos	17.13	653.446,30	685.037,82
Gastos com o pessoal	15	4.653.167,84	4.360.976,13
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	13.294,87	-19.108,67
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	17.3	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.14	406.322,54	414.672,82
Outros gastos	17.15	59.583,44	25.199,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-265.129,27	126.463,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	294.083,29	293.722,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-559.212,56	-167.259,01
Juros e rendimentos similares obtidos	10/17.16	1.326,04	1.437,90
Juros e gastos similares suportados	17.16	2.008,94	3.577,15
Resultados antes de impostos		-559.895,46	-169.398,26
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-559.895,46	-169.398,26

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

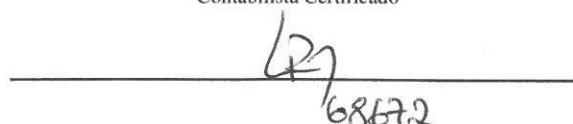
Santa Casa Da Misericórdia De Lagos DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		5 711 095,33	4 600 077,83
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-2 084 533,39	-1 862 243,33
Pagamentos ao pessoal		-3 266 985,75	-2 950 029,56
Caixa gerada pelas operações		359 576,19	-212 195,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-190 855,05	-189 238,20
Outros recebimentos/pagamentos		-375 598,11	445 253,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-206 876,97	43 820,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-29 755,86	-23 103,58
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		-4 195 500,00	-1 350 000,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		4 195 500,00	1 350 000,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	1 955,77
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-29 755,86	-21 147,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		78 928,69	24 281,32
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		78 928,29	24 281,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-157 704,14	46 954,04
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 260 515,18	1 213 561,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 102 811,04	1 260 515,18

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Contribuinte :501 058 559

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos Patrimoniais	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transiados	Excedente de revalorização	Outras variações no FP	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	119 515,92	0,00	0,00	5 026 294,38	71 436,71	4 108 479,59	-301 653,74	9 024 072,86
Alterações do período:									
Primeira adoção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de dem.financieiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced.revalor.AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações/		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-69 873,70	0,00	-69 873,70
Transferência Resultados Exerc. Anterior	17.7	0,00	0,00	0,00	-301 653,74	0,00	0,00	0,00	-301 653,74
Resultado líquido do período	2	0,00	0,00	0,00	-301 653,74	0,00	-69 873,70	0,00	-371 527,44
Resultado integral	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-169 398,26	-169 398,26
Operações com detentores de FP:	4=2+3	0,00	0,00	0,00	-301 653,74	0,00	-69 873,70	-169 398,26	-540 925,70
Realizações de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	5	119 515,92	0,00	0,00	4 724 640,64	71 436,71	4 038 605,89	-169 398,26	8 784 800,90
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	119 515,92	0,00	0,00	4 724 640,64	71 436,71	4 038 605,89	-169 398,26	8 784 800,90
Alterações do período:									
Primeira adoção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de dem.financieiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced.revalor.AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações/		0,00	0,00	0,00	-13 508,51	0,00	-69 873,71	0,00	-83 382,22
Transferência Resultados Exerc. Anterior	17.7	0,00	0,00	0,00	-169 123,86	0,00	0,00	0,00	-169 123,86
Resultado líquido do período	2	0,00	0,00	0,00	-182 632,37	0,00	-69 873,71	0,00	-252 506,08
Resultado integral	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-559 895,46	-559 895,46
Operações com detentores de FP:	4=2+3	0,00	0,00	0,00	-182 632,37	0,00	-69 873,71	-559 895,46	-812 401,54
Realizações de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	5	119 515,92	0,00	0,00	4 542 008,27	71 436,71	3 968 732,18	-559 895,46	8 141 797,62

Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Francisco Aguiar

68672



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos

Anexo

31 de dezembro 2020

Em 24/03/2021

© F3M – Information Systems, SA



Anexo 31 de dezembro 2020

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16
9	Inventários	16
10	Rédito	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	17
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14	Imposto sobre o Rendimento	18
15	Benefícios dos empregados	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17	Outras Informações	19
17.1	Investimentos Financeiros	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	19
17.3	Clientes e Utentes	20
17.4	Outros Ativos Correntes (Outras contas a receber)	20
17.5	Diferimentos	22
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.7	Fundos Patrimoniais	22
17.8	Fornecedores	22
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	23
17.10	Outros Passivos Correntes (Outras contas a pagar)	23
17.11	Outros Passivos Financeiros	24
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração	244
17.13	Fornecimentos e serviços externos	24
17.14	Outros rendimentos	24



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Anexo 31 de dezembro 2020

17.15 Outros gastos	25
17.16 Resultados Financeiros.....	25
17.17 Acontecimentos após data de Balanço	25
17.18 Acontecimentos e Riscos.....	26



Anexo 31 de dezembro de 2020

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos (SCML) é uma Irmandade da Misericórdia, Instituição sem fins lucrativos, com regime legal de Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com estatutos aprovados em 27 de maio de 2019, pela autoridade eclesiástica competente, e registados na Direção Geral da Segurança Social pelo averbamento n.º 6, à inscrição n.º 19/82, a fls. 33 e 33 verso do livro n.º 1 e a fls. 189 e 189 verso do livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, a 11 de outubro de 2019, com sede na Rua Rainha D. Leonor, n.º 2, 8600-776 Lagos.

Tem como atividades principais o apoio social às pessoas idosas, com ou sem alojamento, através das Respostas Sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Apoio Domiciliário Integrado, o apoio a indivíduos e/ou agregados familiares em situação de vulnerabilidade, através das Respostas Sociais de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Cantina Social, e o apoio à infância, através das Respostas Sociais de Creche e Educação Pré-Escolar.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), disposto no artigo 4.º do DL.98/2015, de 02 de junho de 2015, e de acordo com os instrumentos contabilísticos do Aviso nº 8258/2015, publicado no DR. 2ª série, nº 146, de 29 de julho de 2015.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

- 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica);
- 3.1.2 Continuidade;
- 3.1.3 Compreensibilidade;
- 3.1.4 Relevância;
- 3.1.5 Materialidade;
- 3.1.6 Fiabilidade;
- 3.1.7 Representação Fidedigna;
- 3.1.8 Substância sobre a forma;
- 3.1.9 Neutralidade;



Anexo 31 de dezembro de 2020

- 3.1.10 Prudência;
- 3.1.11 Plenitude;
- 3.1.12 Comparabilidade;

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
 - b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
 - c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
 - d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.
- Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.



Anexo 31 de dezembro de 2020

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	70

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Anexo 31 de dezembro de 2020

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) à data da sua incorporação (por doação ou aquisição). São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.



Anexo 31 de dezembro de 2020

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

A Instituição não detém “Bens do património histórico e cultural”.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Anexo 31 de dezembro de 2020

Cientes e outros ativos correntes (outras contas a receber)

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes (outras contas a pagar)

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

**Anexo 31 de dezembro de 2020****3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos ObtidosEmpréstimos obtidos

A entidade não detém “Empréstimo Obtidos”, caso detivesse encontravam-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):



Anexo 31 de dezembro de 2020

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A Santa casa da Misericórdia de Lagos valoriza os bens ao preço de **aquisição/doação**, e associa sempre o valor da reparação/conservação com influência no valor do bem (por exemplo obras).

No que concerne à depreciação e amortizações e de acordo com o SNC das ESNL, o método de depreciação a usar deve refletir o modelo por que se espera que os bens do ativo contribuam para o desenvolvimento da atividade presente e futura da Entidade. Desta forma foi tido em consideração a família dos diferentes bens e a sua vida útil, adotando-se as seguintes taxas de amortização:

	Descrição	Anos vida útil	Taxa
1	Terrenos e Recursos Naturais	0	0,00%
2	Edificações Ligeiras	6	16,66%
3	Edificações Afetas Ind. Agro-Pecuária	25	4,00%
4	Outros Edifícios e Construções	50	2,00%
5	Equipamento Básico	6	16,66%
6	Equipamento de Transporte	5	20,00%
7	Ferramentas e Utensílios	4	25,00%
8	Equipamento Administrativo	6	16,66%
9	Equipamento Informático	5	20,00%
10	Programas de Computador	3	33,33%
11	Taras e Vasilhame	8	12,50%



Anexo 31 de dezembro de 2020

12	Animais Produtivos Trabalho e Reprodução	6	16,66%
13	Imobilizado Incorpóreo	5	20,00%
14	Amortização Total	1	100,00%
15	Outros Ativos Tangíveis	6	16,66%
16	Investimentos em curso	68	1,47%
17	Direito de Superfície	70	1,43%
18	Sem Amortização	0	0,00%

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições (aumentos), os abates e alienações, as depreciações (reduções) e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	217 850,00	0,00	0,00	217 850,00
Edifícios e outras construções	8 324 295,27	32 867,32	0,00	8 357 162,59
Equipamento básico	1 107 480,28	49 821,86	10 028,32	1 147 273,82
Equipamento de transporte	351 813,41	2 676,88	0,00	354 490,29
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	201 976,94	18 192,99	1 383,69	218 786,24
Outros Ativos fixos tangíveis	175 445,77	1 021,47	209,49	176 257,75
Total	10 378 861,67	104 580,52	11 621,50	10 471 820,69
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 405 869,79	166 757,85	0,00	2 572 627,64
Equipamento básico	940 420,03	52 376,17	9 759,51	983 036,69
Equipamento de transporte	263 863,37	35 456,45	0,00	299 319,82
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	158 527,63	20 786,26	1 400,33	177 913,56
Outros Ativos fixos tangíveis	132 486,81	6 423,90	209,49	138 701,22
Total	3 901 167,63	281 800,63	11 369,33	4 171 598,93

Saldo Final de Outros Ativos Fixos Tangíveis em 31 dezembro 2019 foi de **6 300 221,76 €**.

Relatório de Atividades e
Contas do Exercício de 2020

Anexo 31 de dezembro de 2020

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	217 850,00	0,00	0,00	217 850,00
Edifícios e outras construções	8 357 162,59	34 147,15	2 874,02	8 388 435,72
Equipamento básico	1 147 273,82	52 091,25	3 494,02	1 195 871,05
Equipamento de transporte	354 490,29	177,12	0,00	354 667,41
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	218 786,24	20 210,90	740,17	238 256,97
Outros Ativos fixos tangíveis	176 257,75	3 639,57	0,00	179 897,32
Total	10 471 820,69	110 265,99	7 108,21	10 574 978,47
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 572 627,64	167 522,71	114,96	2 740 035,39
Equipamento básico	983 036,69	58 668,68	3 341,12	1 038 364,25
Equipamento de transporte	299 319,82	26 462,41	0,00	325 782,23
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	177 913,56	20 718,58	729,72	197 902,42
Outros Ativos fixos tangíveis	138 701,22	8 775,27	0,00	147 476,49
Total	4 171 598,93	282 147,65	4 185,80	4 449 560,78

Saldo Final de Outros Ativos Fixos Tangíveis em 31 dezembro 2020 foi de **6 125 417,69 €**.

Investimentos em curso

No que concerne aos “ Investimentos em Curso”, a conta não tem variação nos últimos anos, incluindo o período de 2020:

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Investimentos em Curso	31.463,00	0,00	0,00	31.463,00
Total	31.463,00	0,00	0,00	31.463,00

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Investimentos em Curso	31 463,00	0,00	0,00	31 463,00
Total	31 463,00	0,00	0,00	31 463,00



Anexo 31 de dezembro de 2020

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2019 e 2020, foram os seguintes:

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	10 849,71	0,00	0,00	10 849,71
Edifícios e outras construções	858 634,24	0,00	0,00	858 634,24
Total	869 483,95	0,00	0,00	869 483,95
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	506 345,22	11 912,36	0,00	518 257,58
Total	506 345,22	11 912,36	0,00	518 257,58

Saldo Final de Propriedades Investimento em 31 dezembro 2019, foi de **351 226.37€**.

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	10 849,71	0,00	0,00	10 849,71
Edifícios e outras construções	858 634,24	836,40	0,00	859 470,64
Total	869 483,95	836,40	0,00	870 320,35
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	518 257,58	11 922,30	0,00	530 179,88
Total	518 257,58	11 922,30	0,00	530 179,88

Saldo Final de Propriedades Investimento em 31 dezembro 2020, foi de **340 140,47€**.

O valor líquido dos Ativos Fixos Tangíveis em 31 de dezembro de 2020 foi de **6 497 021,16€**.



Anexo 31 de dezembro de 2020

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	16 945,77	0,00	0,00	16 945,77
Total	16 945,77	0,00	0,00	16 945,77
Depreciações acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	7 830,32	9,77	0,00	7 840,09
Total	7 830,32	9,77	0,00	7 840,09

O valor líquido dos ativos fixos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 foi de **9 105,68€**.

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	16 945,77	249,40	0,00	17 195,17
Total	16 945,77	249,40	0,00	17 195,17
Depreciações acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	7 840,00	13,43	0,00	7 853,43
Total	7 840,00	13,43	0,00	7 853,43

O valor líquido dos ativos fixos intangíveis em 31 de dezembro de 2020 foi de **9 341,74€**.



Anexo 31 de dezembro de 2020

7 Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade não detém encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019			2020			
	Inventário inicial	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário final	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35 769,18	1 066 786,73	829,64	37 465,23	1 318 488,95	-45 036,00	118 761,28
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	35 769,18	1 066 786,73	829,64	37 465,23	1 318 488,95	-45 036,00	118 761,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00			1 065 920,32			1 192 156,90
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	3 141 693,38	3 393 275,93
Quotas de utilizadores	3 130 248,38	3 381 737,18
Quotas e joias	11 445,00	11 538,75
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	1 326,04	1 437,90
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	3 143 019,42	3 394 713,83



Anexo 31 de dezembro de 2020

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentesProvisões

Nos períodos de 2019 e 2020, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2019	Aumentos	Diminuições	2020
Processos judiciais em curso	6 000,00	0,00	0,00	6.000,00
Total	6 000,00	0,00	0,00	6.000,00

A constituição da provisão “293 - Processos judiciais em curso”, no ano 2018, deve-se ao facto de a Instituição ter impugnado judicialmente uma contraordenação de 12 000,00 €, emitida pela Inspeção-Geral de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Em 2019, na perspetiva do Dr. Almeida Borges, advogado contratado para tratar do caso, será difícil obter a absolvição da contraordenação, sendo todavia de esperar a atenuação especial de metade do valor. Até 31 de dezembro de 2020 não há qualquer alteração.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	2020	2019
ISS, IP - Centro Distrital		
Infância e Juventude		
Creches	234 554,86	204 550,29
Ensino Pré-Escolar	94 959,58	95 411,88
Terceira Idade		
Lares	1 575 195,58	1 494 127,88
Centros de Dia	202 065,74	129 785,58
Apoio Domiciliário	322 746,05	295 296,05
Protocolo/Projeto com ISS - CDSS Faro	21 295,20	21 295,20
Programa Emergência Social – Alimentar	36 600,00	36 485,00
Educação Pré-Escolar - Compensação Salarial	15 883,44	0,00
Creche - Funcionamento Horário Superior a 11H	4 607,48	8 450,84
Outros Subsídios_Especilaização ISS	20 618,00	16 830,89
Outros Subsídios - ADAPTAR +	4 000,00	0,00
Autarquias		
CML - Acordo Coop. - Projeto Apoio Carenciados		
Apoio Alimentar	136 060,21	63 796,35
Apoio Logístico	10 200,00	10 200,00
Apoio Caracter Urgente	-628,96	6 526,93
Subsidio Camara Municipal Lagos	0,00	5 000,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	28 248,13	17 117,69
	2 706 405,31	2 404 874,58

O total da rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” está divulgado na nota 17.12.



Anexo 31 de dezembro de 2020

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2019 e 31/12/2020, não houve registo de taxas de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

14 Imposto sobre o Rendimento

A Entidade é isenta de imposto sobre o rendimento.

15 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais, nos exercícios 2020 e 2019, foram Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Mesa Administrativa.

Os órgãos sociais são voluntários e não remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2019 foi de 354, e em 31 de dezembro de 2020 o número total era de 388.

Os gastos que a Entidade incorreu com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3 721 492,50	3 478 331,99
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2 843,99	2 181,98
Encargos sobre as Remunerações	801 164,59	775 953,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	73 680,54	94 604,59
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	53 986,22	9 904,00
Total	4 653 167,84	4 360 976,13

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2020, foram de **5 756,40 €**.



Anexo 31 de dezembro de 2020

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	10,00	10,00
Outros investimentos financeiros	64 728,14	49 692,05
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	64 738,14	49 702,05

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	13 146,52	9 939,02
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	13 146,52	9 939,02
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	87,00	106,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	87,00	106,00

No decorrer dos anos 2020 e 2019 não houve Beneficiários de mutualidades.



Anexo 31 de dezembro de 2020

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 a 2019 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	31 469,11	50 473,52
Utentes	182 313,70	149 593,85
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		0,00
Utentes		0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		0,00
Utentes		0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		0,00
Utentes		0,00
Total	213 782,81	200 067,37

Do período de 2019 para 2020 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	Redução	Aumentos	2020
Clientes	-3 300,00	0,00	0,00	-3 300,00
Utentes	-30 750,79	206,12	-13 500,99	-44 045,66
Total	-34 050,79	206,12	-13 500,99	-47 345,66

Sendo que o saldo final de clientes nos períodos de 2020 e 2019 são de **166 437,15€** e **166 016,58€**, respetivamente.

17.4 Outros ativos correntes (outras contas a receber)

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	9 225,01	3 419,06
Adiantamentos ao pessoal	2 652,13	850,00
Outras operações com pessoal	434,78	66,28
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	15 463,94	15 463,94
Adiantamentos a Fornecedores	4 460,58	402,30
Devedores por acréscimos de rendimentos	75 864,60	59 353,14
Outros Devedores	1 414 234,78	1 424 831,47
Outros Instrumentos Financeiros	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 522 335,82	1 504 386,19



Anexo 31 de dezembro de 2020

* A rubrica “Outros devedores” inclui uma sub – rubrica denominada **Entidades do Sector Público Administrativo** com um saldo de 1 394 353,00 €, sem variação desde 2012. Este saldo justifica-se pela falta de recebimento do subsídio PIDDAC – Protocolo de Colaboração com o Instituto da Segurança Social. Tendo em conta o incumprimento do protocolo por parte do Instituto da Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos em abril/2013 moveu uma Ação Administrativa Comum contra esse Instituto. E em julho/2013 foi feita uma Réplica à contestação do Instituto da Segurança Social.

Em 16 julho de 2014, e na sequência da audiência prévia, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos fez uma proposta ao Instituto da Segurança Social que previa, em lugar de qualquer pagamento o alargamento dos acordos de cooperação, através da:

- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Pré-Escolar, que a essa data abrangia apenas 45 crianças, de modo a passar a abranger as 68 crianças que frequentavam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação da Creche, que a essa data abrangia apenas 50 crianças, de modo a passar a abranger as 73 crianças que frequentavam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Lar São João Batista, localizado em Barão S. João, que a essa data abrangia apenas 21 utentes, de modo a passar a abranger os 39 utentes que frequentavam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Lar Rainha D. Leonor, localizado em Lagos, que a essa data abrangia apenas 35 utentes, de modo a passar a abranger os 60 utentes que frequentavam;

Nos anos 2015,2016, 2017 e 2018 não houve qualquer desenvolvimento no processo.

Em 31 de julho de 2019, foi feita uma nova proposta de se encontrar um acordo à Advogada que representa o Instituto da Segurança Social, mas até ao final do ano 2019 a Santa Casa da Misericórdia de Lagos não obteve qualquer resposta. Na proposta que foi feita por mail, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos renuncia ao pagamento de quaisquer quantias, mas pretende ser beneficiada com o alargamento dos Acordos de Cooperação, nos seguintes termos:

- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Pré-Escolar do Centro Infantil de Odiáxere que atualmente abrange apenas 45 crianças, de modo a passar a abranger as 70 crianças que o frequentam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação da Creche do Centro Infantil de Odiáxere que atualmente abrange apenas 69 crianças, de modo a passar a abranger as 80 crianças que a frequentam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação das Residências Maria Francisca Fialho, localizado em Lagos, que nesta data abrange 60 utentes, de modo a passar a abranger os 70 utentes que o frequentam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Lar de Espiche, localizado em Espiche, freguesia da Luz, concelho de Lagos, que nesta data abrange 26 utentes, de modo a passar a abranger os 28 utentes que o frequentam;
- Realização de Acordo de Cooperação para o Centro de Dia São João Batista, localizado em Barão de São João que nesta data tem capacidade e licença de funcionamento para 12 utentes;



Anexo 31 de dezembro de 2020

– Realização de Acordo de Cooperação para o Serviço de Apoio Domiciliário São João Batista, localizado em Barão de São João, que tem capacidade aprovada para 9 utentes;

– Transferência do Acordo de Cooperação de Apoio Domiciliário Integrado para 10 utentes, associado ao equipamento Lar José Filipe Fialho em Lagos, para Acordo de Cooperação de Serviço de Apoio Domiciliário para os mesmos 10 utentes.

No ano 2020 não houve qualquer desenvolvimento no processo.

17.5 Diferimentos

A Entidade não criou “Diferimentos”, uma vez que todos os seguros da Entidade terminaram em 31/12/2020.

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	1 518,00	1 118,00
Depósitos à ordem	201 293,04	309 397,18
Depósitos a prazo	900 000,00	950 000,00
Outros		
Total	1 102 811,04	1 260 515,18

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	119 515,92	0,00	0,00	119 515,92
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	4 724 640,64	0,00	182 632,37	4 542 008,27
Excedentes de revalorização	71 436,71	0,00	0,00	71 436,71
Outras variações nos fundos patrimoniais	4 038 605,89	0,00	69 873,71	3 968 732,18
Total	8 954 199,16	0,00	252 506,08	8 701 693,08
Resultado líquido do período	-169 398,26	0,00	0,00	-559 895,46
Total dos fundos patrimoniais	8 784 800,90	0,00	252 506,08	8 141 797,62



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

IMP.AAF.13.02

Anexo 31 de dezembro de 2020

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	267 758,25	144 224,09
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	267 758,25	144 224,09

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	31 415,12	49 344,23
Outros Impostos e Taxas		0,00
Total	31 415,12	49 344,23
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13 832,39	14 806,26
Segurança Social	86 568,05	85 745,15
Outros Impostos e Taxas	1 489,87	1 142,57
Total	101 890,31	101 693,98

17.10 Outros passivos correntes (Outras Contas a Pagar)

A rubrica “Outras passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		479,54	0,00	142,40
Adiantamentos ao pessoal		0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal		2 931,40	0,00	1 125,67
Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes		372,73	0,00	0,00
Outros credores - Depósitos de utentes		400 450,64	0,00	189 123,21
Fornecedores de Investimentos		3 190,06	0,00	23,06
Credores por acréscimo de gastos*		590 766,26	0,00	531 416,93
Outros credores		10 284,16	0,00	10 729,05
Total	0,00	1 008 474,79	0,00	732 560,32

*Representa a estimativa das remunerações (férias, subsídios de férias e os respetivos encargos) a pagar em 2021.



Anexo 31 de dezembro de 2020

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não existiram “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 706 405,31	2 404 874,58
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	52 098,85	31 665,94
Legados	0,00	0,00
Total	2 758 504,16	2 436 540,52

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	264 501,78	249 777,74
Materiais	9 619,03	17 165,69
Energia e fluidos	318 317,99	350 755,99
Deslocações, estadas e transportes	448,81	1 074,73
Serviços diversos	60 558,69	66 263,67
Total	653 446,30	685 037,82

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	200,00	1 014,75
Descontos de pronto pagamento obtidos	32 141,97	10 793,02
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	78,48	2 780,36
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreend. conj	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	167 147,34	165 098,68
Outros rendimentos	206 754,75	234 986,01
Total	406 322,54	414 672,82



Anexo 31 de dezembro de 2020

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1 064,00	1 229,84
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	1,58	999,19
Perdas em inventários	8 776,46	6 635,17
Gastos em subsidiárias, associadas e empreend. conj.	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	2 922,41	302,16
Outros Gastos	46 818,99	16 033,56
Total	59 583,44	25 199,92

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	500,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1 508,94	3 577,15
Total	2 008,94	3 577,15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 326,04	1 437,90
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 326,04	1 437,90
Resultados Financeiros	-682,90	-2 139,25

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



Anexo 31 de dezembro de 2020

17.18 Acontecimentos e Riscos

A pandemia COVID-19, afetou o normal funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, principalmente no desenvolvimento da sua atividade social e de saúde. Numa fase inicial, foi confuso pois diariamente saiam novas regras, diretrizes e medidas para implementar, mas a Instituição reagiu celeremente, adaptando-se e respondendo à altura. Foram adotadas regras de restrição de mobilidade entre os diferentes edifícios da Instituição, foram implementadas todas as medidas preventivas de Saúde Pública de acordo com as Orientações da DGS e foram ajustadas as escalas de trabalho, bem como as funções dos trabalhadores. A medida excecional e temporária, imposta pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, de suspensão da Creche, da Educação Pré-Escolar, do Centro de Dia e da atividade de saúde, também causou algumas contrariedades na Execução do Orçamento.

De acordo com a análise às demonstrações financeiras do ano de 2020 verifica-se que esta nova realidade mudou os termos de gestão e ameaça a sustentabilidade financeira e organizacional.

No 1º trimestre do ano 2021, com o agravamento da situação epidemiológica causada pela doença COVID-19, com a existência de casos COVID nas ERPI, com a atividade de Centro de Dia suspensa desde 16 de março de 2020, e com mais uma suspensão das atividades letivas e não letivas (Creche e Educação Pré-Escolar), a retoma ao normal funcionamento da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lagos apresenta-se incerta.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 24/03/2021

Contabilista Certificado


68672

A Mesa Administrativa



